

Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 28

FOLHA ONLINE - SP - FOLHAJUS
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores federais podem pedir revisão do reajuste de 28,86%; veja quem tem direito 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mantém previsão apesar de adesão zero 6

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mercado vê lado bom" no acordo de R\$ 20 bi da Petrobras com Carf 8

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fernando Haddad atribui alta da moeda a "ruídos" 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pente-fino em benefício gera atrito entre ministérios 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo de SP estuda novo regime previdenciário para servidores 13

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Até 16 mil vão ter de voltar ao trabalho 14

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Senado analisa PEC que alivia bolso de prefeituras 16

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Benefícios vinculados ao mínimo 17

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Pensão por morte: quem tem direito ao benefício do INSS? - RECLAMAR ADIANTA 18

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
ECONOMIA

Contas de luz vão ficar mais caras a partir deste mês 19

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Modernização do benefício previdenciário, alta do dólar e o juros da dívida pública 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto Seletivo pode conter alíquota do IVA e ainda gerar receita, defende Bráulio Borges 23

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Começam a valer regras sobre as eleições municipais 26

Terça-Feira, 2 de Julho de 2024

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - DM
SERVIDOR PÚBLICO

Principais restrições do calendário eleitoral de 2024 começam neste mês de julho..... 27

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Calendário eleitoral mais apertado no mês de julho..... 28

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Regras já começam a valer nesta semana..... 30

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SERVIDOR PÚBLICO

Inspeção médica tem novas regras divulgadas..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto Seletivo é um ótimo instrumento, mas terá pouco uso - LUIZ SCHYMURA..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo estuda taxar renda de fundo imobiliário "de tijolo"..... 34

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apostas em discussão na Câmara..... 36

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parecer sobre a reoneração deve sair nesta semana..... 37

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária será votada até 17 de julho..... 38

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: regulamentação pode deixar medicamentos populares sem isenção. Veja
quais..... 39

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: governo faz as contas para evitar que isenção para carnes e sal aumente
imposto..... 40

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Entenda como o pacote de medidas pôs fim à hiperinflação no Brasil..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Plano de Pacheco para dívida de Estados prevê novo fundo..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

É preciso não botar a perder as conquistas do Real (Editorial)..... 46

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO
ECONOMIA

Brasil tem R\$ 347 bilhões em cédulas e moedas em circulação..... 48

Terça-Feira, 2 de Julho de 2024

BEM PARANÁ - CURITIBA - PR - BEM RAPIDINHO
ECONOMIA

Mercado eleva previsão da inflação 2024..... 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar não dá trégua e avança 1,15%, a R\$ 5,65..... 50

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar dispara e vai ao maior valor desde janeiro de 2022..... 52

Servidores federais podem pedir revisão do reajuste de 28,86%; veja quem tem direito

Servidores públicos federais que estavam na ativa ou eram aposentados do serviço público em 1993 podem ter direito à revisão do reajuste salarial de 28,86%. O aumento foi reconhecido pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em processo que teve início na década de 1990, mas só chegou ao final em 2019.

A revisão surgiu após o governo do então presidente Itamar Franco conceder aumento salarial de 28,86% aos militares e deixar de fora funcionários públicos do Poder Executivo, que foram à Justiça.

Após o trânsito em julgado da ação, foi definido prazo de cinco anos para que os servidores com direito ao reajuste peçam as diferenças não pagas. O prazo vence no próximo dia 2 de agosto.

De acordo com o advogado Daniel Conde Barros, sócio da área de direito administrativo do Martorelli Advogados, servidores que estavam na ativa entre 1993 e 2000 -para algumas carreiras, o prazo de trabalho pode ser um pouco maior- podem ter direito às diferenças.

O valor a ser recebido vai variar conforme o salário à época, corrigido pela **inflação** e convertido para real. Podem ingressar com ação os funcionários públicos da administração direta, além de servidores de órgãos como a **Receita Federal**, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), entre outros.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O direito ao reajuste também pode variar e nem todos receberão um percentual exato de 28,86%. Isso ocorre porque, houve a reestruturação de diversas carreiras nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT), fazendo com que a diferença percentual de quem ainda não havia recebido o reajuste fosse diminuída ou, até mesmo, zerada.

Segundo Barros, é preciso procurar um especialista em cálculos para fazer as contas e, depois, levar o caso a um advogado. Há escritórios de advocacia, no

entanto, que fazem os cálculos antes do início da ação para saber se o cliente terá direito ou não.

Servidores do Judiciário e do Legislativo não têm direito de pedir a revisão. O motivo é que esses dois poderes optaram por conceder o mesmo reajuste para os seus funcionários após a briga na Justiça ter início, respeitando o que previa a Constituição Federal de 1988, de que os reajustes salariais deveria ser iguais para os funcionários dos três poderes.

A aprovação do reajuste foi possível após o MPF (Ministério Público Federal) em Mato Grosso ingressar com ação civil pública pedindo a extensão do aumento salarial aos servidores federais do estado. A ação tem âmbito nacional, mas, em alguns casos, como no das universidades, apenas órgãos que tinham sede em Mato Grosso foram beneficiados.

O advogado explica ainda que é possível entrar com um processo contestando o prazo, mas não é certeza que o Judiciário irá conceder tempo extra para o servidor. O MPF no Mato Grosso já tem pedido de interrupção de prazo prescricional, que, se aprovado, pode valer para todos.

"O MPF do Mato Grosso pediu interrupção do prazo prescricional por mais dois anos e meio. O servidor pode entrar individualmente com uma ação de protesto do prazo e também pedir mais dois anos e meio. A lei dá essa faculdade às pessoas no caso de quem tem dificuldades em obter documentos", afirma.

Os documentos necessários para entrar com a ação são, além dos pessoais, as fichas financeiras da época. Também é preciso comprovar que o funcionário que está ingressando com a ação não entrou com nenhum outro processo do tipo ainda.

O primeiro caso julgado no STF sobre o tema chegou ao final em 1996 e dizia respeito a apenas 11 funcionários públicos federais. A tese não tinha repercussão geral, ou seja, não valia para todas as pessoas na mesma situação.

Após essa vitória inicial, o MPF ingressou com a ação e conquistou a repercussão geral do caso, dando vitória a todos os servidores do Executivo federal e dos demais órgãos da administração, com exceção de Judiciário e Legislativo.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

Servidores públicos federais da ativa ou aposentados entre 1993 e os anos 2000 podem ter direito de receber as diferenças pelo reajuste salarial de 28,86%, concedido pelo presidente Itamar Franco aos militares e negado aos demais servidores.

Segundo a Constituição de 1988, aumentos salariais do funcionalismo público deveriam se estender a todos. Não poderia haver distinção, inclusive, de percentual. Na época, apenas os militares receberam o reajuste.

É preciso, ainda não ter entrado com ação individual, não ser beneficiário de ação de execução individual e não ter feito acordo administrativo com a União sobre o tema.

O prazo final para fazer o pedido na Justiça é até 2 de agosto deste ano, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) no processo que transitou em julgado em 2019.

É preciso ser servidores público da administração direta ou dos seguintes órgãos:

É preciso separar os seguintes documentos:

Não há um número exato. Na época, cerca de 500 mil poderia ser beneficiados. Estimativas de servidores da Receita são de que ao menos 3.000 servidores o órgão podem receber as diferenças do reajuste não concedido.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/07/servidores-federais-podem-pedir-revisao-do-reajuste-de-2886-veja-quem-tem-direito.shtml>

Carf mantém previsão apesar de adesão zero

Jéssica Sant"Ana e Guilherme Pimenta De Brasília

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** não atualizou suas estimativas de arrecadação para o ano com a opção de pagamento especial para contribuintes derrotados pelo voto qualidade nos julgamentos, apesar de a medida ter tido zero adesão nos primeiros meses do ano, conforme revelou na semana passada a **Receita Federal**. Notas técnicas obtidas pelo Valor via Lei de Acesso à Informação (LAI) mostram que "não houve apresentação, pelo **Carf**, de novos documentos relativamente ao relatório do segundo bimestre", em referência ao relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento divulgado em maio.

Com isso, o governo manteve a estimativa de arrecadar R\$ 55,6 bilhões com os acordos do voto de desempate do **Carf**, mesmo valor que constou no primeiro relatório de reavaliação do Orçamento, de março. Na semana passada, o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, ainda não houve adesão de contribuintes às condições especiais de pagamentos introduzidas em 2023 na Lei **Carf**, que preveem o perdão de multa e juros para os contribuintes que perderam no voto de qualidade.

"É preciso haver projeção mais realista ou até mesmo não considerá-la"

Vilma Pinto

A manobra ajudou o governo a evitar contingenciamento de despesas no segundo relatório bimestral, que acontece quando há risco ou descumprimento do intervalo de tolerância da banda de resultado primário. No segundo relatório bimestral, o governo previu déficit de R\$ 14,5 bilhões para o ano, longe da meta zero, mas dentro da banda que admite um rombo de até R\$ 28,8 bilhões. Se houvesse revisão do **Carf**, reduzindo em 30% a estimativa de arrecadação, por exemplo, o governo já seria obrigado a congelar despesas.

Novo relatório

O terceiro relatório bimestral de reavaliação do Orçamento será divulgado até 22 de julho, e o governo vai reduzir a estimativa de arrecadação com o **Carf**, segundo apurou o Valor. O montante ainda estaria sendo calculado. O **Carf** é a principal entre as dez medidas extras de arrecadação que o governo tem se

valido para tentar chegar ao déficit zero este ano, como prevê a meta de resultado primário.

Na avaliação da economista Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), esse seria o movimento mais prudente. "É preciso haver uma projeção mais realista ou até mesmo não a considerar [as receitas com o **Carf**] por enquanto, dada as incertezas associadas a sua concretude."

Questionado ontem se o governo prevê contingenciamento de recursos no próximo relatório, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apenas reforçou que o congelamento de gastos vai ser do "tamanho necessário" para que as metas sejam atingidas.

As notas técnicas obtidas pelo Valor também mostram que o **Carf** aumentou em R\$ 11,6 bilhões em março a estimativa de arrecadação para o ano - que seria de R\$ 44 bilhões (valor arredondado) para R\$ 55,6 bilhões -, ao considerar que o conselho conseguiria manter o patamar de julgamento obtido em fevereiro até setembro e ao contar que 50% dos grandes processos (acima de R\$ 1 bilhão) oriundos de delegacias de julgamento da **Receita Federal** (DRJ) chegassem ao **Carf** até o fim de junho para serem julgados em setembro.

Inicialmente, a área técnica do **Carf**, em nota técnica do dia 12 de março assinada também pelo presidente Carlos Higino, projetou R\$ 870 bilhões em julgamento no ano, com previsão de arrecadar R\$ 44 bilhões. O número foi feito levando em consideração medidas recentes adotadas pelo conselho para acelerar os julgamentos, como ampliação do número de conselheiros e aumento da distribuição da carga processual.

Três dias depois, em 15 de março, Higino atualizou a estimativa, passando a prever julgamentos que somassem R\$ 883 bilhões no ano, resultando numa arrecadação de R\$ 55,6 bilhões, valor que foi incluído no relatório de reavaliação do Orçamento. Para esse aumento de R\$ 11,6 bilhões em três dias na projeção, Higino justificou que seria possível considerando os seguintes parâmetros: manutenção do patamar de julgamento de fevereiro, de R\$ 94 bilhões, até setembro; e que 50% dos grandes processos da DRJ, no valor total de R\$ 66 bilhões, chegassem ao **Carf** até o fim do primeiro semestre deste ano, viabilizando serem julgados até setembro.

Procurado para comentar se os parâmetros se confirmaram até o momento, o **Carf** não respondeu. O conselho também não comentou por que deixou de atualizar suas projeções no segundo relatório bimestral, apesar da baixa adesão às condições especiais oferecidas aos contribuintes derrotados no voto de qualidade.

A nova lei do **Carf**, sancionada em setembro do ano passado, prevê que, caso o contribuinte seja condenado por voto de qualidade (quando o desempate é pró-União), há exclusão de juros de mora em caso de manifestação para pagamento pelo contribuinte no prazo de 90 dias, que poderá ser parcelado em até 12 prestações mensais. Além disso, há exclusão de multas e cancelamento de representação fiscal para fins penais.

As novas condições eram tidas pela equipe econômica como fundamentais para que a Fazenda consiga arrecadar com os julgamentos, já que tradicionalmente os contribuintes, quando condenados, recorrem ao Poder Judiciário antes de realizar o pagamento.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187917?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187917?page=1§ion=1)

Mercado vê lado bom" no acordo de R\$ 20 bi da Petrobras com Carf

Litígio Fábio Couto Do Rio

A decisão da Petrobras de pagar ao governo R\$ 19,8 bilhões como parte de um acordo tributário foi vista por parte do mercado como algo positivo para a empresa, mas alguns especialistas consideram que o "timing" do negócio tem relação com aspectos políticos. O desfecho do impasse com o Fisco era esperado desde o ano passado, mas o passivo não estava provisionado no balanço da estatal.

A Petrobras aderiu ao acordo, proposto pela **Receita Federal** e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para o encerramento de litígios com o **Carf** sobre remessas ao exterior para pagamento de afretamentos (uma espécie de aluguel) de embarcações de exploração de petróleo, referentes ao período entre 2008 e 2013. O conselho de administração da companhia aprovou a operação, por um placar de dez votos a um.

Em relatório, os analistas do J.P. Morgan Rodolfo Angele, Milene Clifford Carvalho e Henrique Cunha, afirmaram que têm "sentimentos confusos" sobre a transação. De um lado, há um desconto considerado substancial, quase como um seguro para a Petrobras, dado o tamanho do passivo. Por outro lado, quando se calcula o desconto, há uma suposição implícita de que a Petrobras não teria sucesso em todos os processos fiscais. Os analistas ressaltam o fato de não haver provisões nos balanços, por serem classificados como possíveis. No campo da contabilidade, possíveis perdas não precisam ser provisionadas nas demonstrações contábeis.

O acordo firmado com a Petrobras foi o primeiro após a entrada em vigor da Lei 14.689/2023, que restabelece o voto de desempate a favor do governo nas votações do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Além da Petrobras, outros temas controversos estão em debate na área tributária do governo, como o processo sobre a fusão entre o Itaú e o Unibanco, cujos valores giram em torno de R\$ 29 bilhões.

O conselheiro Marcelo Gasparino, que proferiu o único voto contrário, disse que o tema não exigia urgência, já que não havia ainda uma decisão judicial contrária à estatal. "Nunca orientaria a empresa a pagar uma conta sem ter uma decisão judicial de

primeira ou segunda instância", disse Gasparino.

Por outro lado, há quem veja que o desfecho da negociação foi positivo para os dois lados. O acordo foi benéfico para a empresa e para o governo, disse em meados de junho a presidente da companhia, Magda Chambriard.

Para uma fonte do setor, o acordo seguiu um juízo de conveniência e oportunidade, destacando que a condução de casos como este demandam custos indiretos para os dois lados. Para a fonte, a questão política também pesou na negociação, uma vez que o governo precisa "fazer caixa" para reduzir déficit fiscal e melhorar a arrecadação.

Procurada, a Petrobras reiterou as afirmações apresentadas em fato relevante divulgado no dia 17 de junho, quando o conselho aprovou a adesão ao acordo. "A adesão permitirá o encerramento de discussões administrativas e judiciais relativas a Cide, PIS e Cofins referentes ao período de 2008 e 2013 (...). A adesão ao programa traz benefícios econômicos para a companhia, uma vez que a manutenção das discussões implicaria em esforço financeiro para oferecimento e manutenção de garantias judiciais, além de outras custas e despesas processuais", informou a Petrobras no documento.

A fonte estima que a Petrobras arcaria com cerca de R\$ 55 milhões por ano só com seguro-garantia, num cálculo conservador, algo relevante quando se prevê que as discussões sobre o processo podem durar em torno de dez anos. "No fim do dia, é bom para todo mundo", disse a fonte. O seguro-garantia é uma forma de a empresa se resguardar de eventuais perdas em processos.

O valor de R\$ 19,8 bilhões acordado corresponde a um desconto de 65% em relação ao passivo original da Petrobras, de R\$ 44,79 bilhões. Do montante, R\$ 6,65 bilhões serão pagos com depósitos judiciais já realizados nos processos e R\$ 1,29 bilhão serão repassados com créditos de prejuízos fiscais de subsidiárias.

"Acreditamos que o anúncio foi positivo, pois elimina riscos significativos a um custo aceitável, considerando os termos finais", disse em recente relatório os analistas Regis Cardoso e Helena Kelm,

da XP Investimentos.

Os R\$ 11,85 bilhões restantes serão pagos parceladamente, sendo R\$ 3,57 bilhões no fim de junho e em seis parcelas mensais, de cerca de R\$ 1,38 bilhão cada, a partir de julho, atualizadas pela taxa Selic.

"No lucro líquido do 2- trimestre de 2024, o impacto após os efeitos tributários será de aproximadamente R\$ 11,87 bilhões", disse a estatal em fato relevante, na ocasião. Na prática, explica a fonte de mercado, a empresa usará o caixa para pagar uma despesa não recorrente, o que reduzirá o lucro da companhia, compensado com o fim das despesas do processo.

"Decisão elimina riscos significativos a um custo aceitável" XP Investimentos

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187917>

Fernando Haddad atribui alta da moeda a "ruídos"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o patamar do câmbio deve se acomodar à medida que os processos de decisão sobre gastos do governo forem concluídos. "Creio que vai acomodar, porque na hora que esse processo se desdobrar, isso tende a reverter (alta do dólar)", disse a jornalistas ao deixar a sede da Pasta, na noite de ontem. As declarações vieram na esteira de um dia difícil no mercado, quando tanto o dólar como as taxas futuras renovaram máximas, respondendo a um cenário de mais cautela no exterior e de piora em relação ao risco fiscal.

As falas do ministro sinalizam, segundo o próprio, uma mudança na forma de comunicação do governo, algo que foi detectado por ele mesmo como uma das razões para a escalada do dólar. "Apesar da desvalorização ter acontecido no mundo todo, de uma maneira geral, aqui aconteceu uma coisa que foi maior do que nos nossos pares. Atribuí isso a muitos ruídos. Eu já falei isso no Conselho, precisamos comunicar melhor os resultados econômicos que o País está atingindo", afirmou. Haddad afirmou que a mudança de comunicação inclui a avaliação do governo em relação ao recém-encerrado primeiro semestre. Ele destacou que a arrecadação do mês de junho ficou acima do esperado pela **Receita Federal**, por exemplo, e que está otimista em relação aos demais resultados, apesar de reveses sofridos pelo governo, como a manutenção da desoneração da folha de pagamento, ou os impactos da tragédia no Rio Grande do Sul sobre a economia e as contas da União. Questionado sobre a necessidade de intervenção no câmbio, Haddad frisou que essa é uma atribuição da autoridade monetária, e não da Fazenda. "Eles lá é que sabem quando e como fazer, é um assunto que cabe a eles decidir. Sempre é possível (intervir no câmbio), porque está na governança do Banco Central agir quando necessário. Se vai ser necessário ou não, compete à diretoria do BC julgar", declarou.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Pente-fino em benefício gera atrito entre ministérios

GERALDA DOCA

O plano do governo de promover um pente-fino em benefícios para reduzir despesas tem provocado uma queda de braço entre os ministérios do Planejamento e da Previdência com a pasta do Desenvolvimento Social. O foco da disputa é o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda.

De um lado, a equipe econômica vê a necessidade de um exame amplo no cadastro de beneficiários, que cresceu acima da média nos últimos meses. A Previdência, por sua vez, diz ser responsável apenas pelas perícias médicas de quem já recebe o auxílio. Enquanto isso, o Desenvolvimento Social afirma que a revisão do BPC não é uma atribuição da pasta.

Procurado pelo GLOBO, o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, afirmou que não existe operação pente-fino e que a pasta está seguindo a rotina, "dentro da normalidade".

A declaração do ministro vem de encontro com o que tem afirmado o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diante da pressão por um ajuste nas contas públicas, o petista tem adotado o discurso de revisar benefícios a quem "recebe sem ter o direito". Também procurados, os ministérios da Previdência e do Planejamento informaram que não iriam comentar.

GASTO DE R\$ 577 MILHÕES

Entre janeiro e maio deste ano, 351,8 mil pessoas passaram a receber o benefício, segundo as estatísticas da **Previdência Social**. O número equivale a 2,4 vezes a média entre 2014 e 2022 para o mesmo período -um gasto extra de R\$ 577 milhões em 2024.

O maior salto nas concessões nos primeiros cinco meses do ano se deu para pessoas com deficiência. O número de beneficiários mais do que triplicou em relação à média entre 2014 e 2022. Passaram a receber o BPC neste ano 221,1 mil pessoas com essa condição.

Com um Orçamento cada vez mais apertado, as despesas do governo federal com o BPC chegaram a R\$ 43,273 bilhões até maio. Um salto em relação ao

mesmo período do ano passado, quando o gasto foi de R\$ 35,683 bilhões, em valores corrigidos pela **inflação**. A alta também tem relação com o reajuste do salário mínimo.

O aumento acendeu a luz amarela no Ministério do Planejamento e levou a ministra da pasta, Simone Tebet, a levantar suspeitas de fraude. "O BPC cresceu de tal forma que tem que ter alguma coisa errada aí", dissera em 12 de junho, ao participar de audiência pública no Congresso. "Será que algumas pessoas estão se auto declarando PCDs, pessoas com deficiência e que não são e, portanto, estão indo para a fila do BPC e recebendo o BPC indevidamente?" indagara a ministra.

Como o Desenvolvimento Social é o responsável pela política pública e administra o Cadastro Único (CadÚnico), cabe à pasta validar a base de dados, sobretudo do critério de renda domiciliar (de até um quarto do salário mínimo por pessoa). Já a realização dos exames médicos é de responsabilidade da Previdência.

Técnicos da Previdência disseram ao GLOBO que a pasta prepara a realização de perícias do benefício ainda para este ano, mas aguarda que o Desenvolvimento Social faça a sua parte. Cerca de dois milhões de pessoas que recebem BPC há mais de dois anos deverão ser chamadas.

Ainda segundo técnicos da Previdência, contudo, a verificação do critério de renda familiar é fundamental para saber se o beneficiário mantém o direito de receber o BPC. Caso um integrante da família consiga um emprego, por exemplo, a renda per capita pode subir e o auxílio ser cortado. Já no caso das perícias, a tendência é verificar se a condição de deficiência permanece.

Apesar da exigência legal prevista na Lei Orgânica de Assistencial Social (Loas), de 1993, regulamentada em 2007, a revisão do BPC só foi feita no segundo mandato do governo Lula, entre 2008 e 2009.

Em nota, o Desenvolvimento Social informou que a revisão do BPC não cabe à pasta. "Essa revisão não é feita por esse ministério. A revisão que cabe ao MDS é feita no Cadastro Único e isso é feito de forma contínua, avaliando os critérios socio-econômicos das

famílias cadastradas", afirma, em nota.

CRITÉRIO MAIS FLEXÍVEL

A pasta atribui o aumento no número de benefícios a uma mudança na legislação, promovida em 2020, que flexibilizou critérios para inclusão de beneficiários. "O crescimento da quantidade de requerimentos realizados e benefícios concedidos pode estar relacionado a diversos fatores, como alterações legislativas, mudanças demográficas, envelhecimento da população, o aumento do número de algumas deficiências, como por exemplo, o autismo, dentre outros fatores que precisam ser estudados minuciosamente" disse o Desenvolvimento Social.

Para o ex-presidente do **INSS** Leonardo Rolim, a alta nos números levanta suspeita da ocorrência de fraudes no sistema por quadrilhas especializadas.

- Não há justificativa para esse crescimento do BPC. O sistema precisa de vigilância constante, além das revisões periódicas dos benefícios -disse Rolim, que hoje atua como consultor legislativo.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, também vê com estranheza a subida nas concessões.

- É estranho que a concessão de novos benefícios tenha subido com tanta força sem uma mudança estrutural da população idosa e pobre a explicar o fenômeno-afirmou ele.

"Não há justificativa para esse crescimento do BPC. O sistema precisa de vigilância constante, além das revisões periódicas dos benefícios" Leonardo Rolim, consultor legislativo que já foi presidente do **INSS**

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo de SP estuda novo regime previdenciário para servidores

O governo de São Paulo produziu um estudo preliminar que prevê a implementação do regime de capitalização na São Paulo Previdência (Spprev) que tem o potencial de afetar sobretudo as categorias de servidores estaduais como policiais militares e civis e profissionais das áreas da saúde e educação.

Segundo reportagem de "O Estado de S.Paulo", o estudo do Executivo estadual tem o objetivo de mudar o sistema da autarquia, que passaria do modelo de repartição, em que as contribuições mensais são pagas para custear despesas imediatas com pensões e aposentadores, para o de capitalização.

A mudança valeria para todos os que recebem até o teto do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), no valor de R\$ 7.786. Para quem recebe acima desse valor, conforme ressaltou a Spprev, já são capitalizados pela **Previdência Complementar** do Estado de São Paulo (Prevcom) desde 2013.

PMs com salário abaixo do teto, por exemplo, estão isentos atualmente da contribuição previdenciária, o que poderá mudar com um novo modelo. Para entrar em vigor, contudo, a mudança precisa ser aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo.

De acordo com a reportagem, mantido o sistema atual, o tamanho da despesa para conter o rombo chegará em 2048 a 73% do Orçamento de São Paulo - atualmente esse montante representa 16%. No ano passado, o Tesouro do Estado desembolsou R\$ 33,2 bilhões para cobrir o déficit.

O jornal, citando o estudo, disse que a mudança para o sistema de capitalização demoraria algumas décadas para trazer benefícios: o déficit aumentaria nos próximos 30 anos cerca de 21%, com o sistema passando a operar no azul só a partir de 2064.

A autarquia confirmou ao Valor que o estudo está em análise, mas ressaltou que não há definição se haverá mudança para o modelo de capitalização. "Para eventual transição, outros estudos aprofundados se fazem necessários, detalhando tanto o custo de alteração para a capitalização ao longo das primeiras décadas após a mudança como também questões relativas ao novo funcionamento da gestão dos benefícios previdenciários", disse a Spprev em nota.

A autarquia ressaltou ainda que elabora anualmente, por meio de consultoria atuarial especializada, um relatório que considera os 75 anos seguintes da questão previdenciária no Estado e que o documento é enviado ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e ao Ministério da **Previdência Social**.

"O documento é ainda um estudo preliminar e sem definições se haverá mudança para o modelo de capitalização", afirma Spprev na nota.

Segundo a Secretaria de Gestão e Governo Digital do governo de São Paulo, responsável pela Spprev, o estudo em discussão, solicitado pelo TCE, não foi publicizado por se tratar de "análise preliminar" e "porque novos estudos serão necessários" para complementá-lo.

Geralmente, o sistema de capitalização resulta no endurecimento das condições de aposentadoria, com aumento no valor das contribuições e do período obrigatório de contribuição por parte do servidor.

"Para eventual transição, outros estudos se fazem necessários"

Spprev

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187917?page=1§ion=1>

Até 16 mil vão ter de voltar ao trabalho

Rodrigo Péret

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) planeja realizar um "pente-fino" em 800 mil benefícios, entre benefício por incapacidade, auxílio-doença e benefício de prestação continuada (BPC).

No Estado, cerca de 16 mil segurados serão chamados para passar pela reavaliação, e podem ser obrigados a voltar ao trabalho. A estimativa nacional é do **INSS**, enquanto a regional foi obtida por meio de estudo do advogado especialista em Direito Previdenciário João Eugênio Modenesi Filho.

A expectativa é de que muitos desses segurados tenham seus benefícios cancelados, já que o governo federal está buscando formas de reduzir custos. O governo já avalia que poderá economizar de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões só neste ano com o "pente-fino".

"O governo federal tem buscado reduzir custos de todas as formas. Mas o aposentado não pode pagar a conta pelos gastos feitos pelo governo", diz o economista Marcelo Loyola Fraga.

A revisão dos benefícios visa também identificar irregularidades e verificar se o segurado ainda cumpre os requisitos para o auxílio.

Segundo Modenesi, o **INSS** tende a revisar os benefícios de pessoas que tenham menos de 60 anos de idade, que tenham benefícios há menos de 15 anos e também de pessoas cujo os direitos tenham sido obtidos judicialmente e não possuem prazo estabelecido para cessarem.

A coordenadora-adjunta do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário no Estado (IBDP-ES), Renata Prado, acrescenta que os benefícios mais antigos com prorrogações automáticas superiores a seis meses tendem a passar pela reavaliação.

"Na solicitação, o sistema encaminhará automaticamente para a perícia presencial nos casos de benefício por incapacidade".

Ela acrescenta que no caso dos BPCs, a tendência é a realização de cruzamento de dados com outros sistemas do governo para verificação de renda. "Caso verifique-se qualquer alteração no critério renda, eles

suspendem o benefício e intimam o beneficiário para se manifestar", detalha.

Modenesi explica que os segurados devem ficar atentos para atender ao chamado do **INSS**, porque, caso contrário, tendem a ter o benefício cancelado. "O **INSS** suspende o pagamento e a pessoa precisa correr atrás para voltar a receber".

O NÚMERO

10 bilhões

de reais o governo pode economizar

BENEFICIÁRIOS DO **INSS** aguardam para passar por perícia: cruzamento de dados também será utilizado

CORTE NO BENEFÍCIO

Internada em hospital ficou sem pagamento

O aposentado de 66 anos Hugo Moacir de Rosário conta que sua mulher, que tem 62 anos de idade e pediu para não ser identificada, teve o benefício cancelado enquanto estava internada.

"Ela estava sem condição de sair e fazer a perícia. Tentamos fazer com que a perícia ocorresse na clínica, mas o perito simplesmente indeferiu o benefício. Faltou sensibilidade por parte do **INSS** porque ela ficou em uma situação complicada e chegou a ter dificuldade para comprar remédios, por exemplo".

Pacientes com câncer já tiveram benefício cortado

Os critérios da concessão e da revisão dos benefícios do **INSS** são considerados rígidos por especialistas e aposentados. Em alguns casos, a rigidez é tanta que pacientes que ainda estão em tratamento de doenças perdem o benefício.

Até mesmo pacientes com câncer já tiveram seus pagamentos suspensos em revisões realizadas anteriormente pelo **INSS**. Em 2018, uma empregada doméstica de Vitória, que fazia tratamento de quimioterapia, teve seu auxílio cancelado mesmo ainda estando em período de tratamento.

Além dela, há uma série de outros casos emblemáticos no Estado e no País. Em São Paulo, por exemplo, a bancária do Santander Rose Mary Freitas,

de 55 anos, teve o benefício negado mais de uma vez mesmo, só conseguindo respirar com auxílio de um cilindro de oxigênio, que ela carrega para todo lugar por conta de um Acidente Vascular Cerebral (AVC) sofrido em 2016.

O advogado especialista em Direito Previdenciário João Eugênio Modenesi Filho disse que segurados que tiverem benefício negado ou cancelado devem primeiro entrar com recurso para pedir revisão administrativa junto ao **INSS**.

"Mas tem de apresentar elementos que comprovem que a decisão deles foi equivocada. Se eles não reconsiderarem a decisão, o caminho é a via judicial. Ação pode até ser ingressada na esfera estadual em alguns lugares, mas, em geral, o ideal é ingressar com ação na Justiça Federal, por se tratar de uma autarquia federal", explicou.

JOÃO EUGÊNIO: recurso no **INSS**

ENTENDA

Cinco dias úteis após a carta

Incentivo a cortes

O GOVERNO FEDERAL tem buscado realizar cortes em seus gastos públicos para compensar a crise econômica enfrentada no País, que enfrenta crescente déficit fiscal público e aumento no endividamento público. que deve atingir R\$ 9 trilhões no fim do ano.

UM DESSES CORTES pode ser a revisão dos benefícios do **INSS**. chamada de "pente-fino", que já ocorre periodicamente. mas cuja rigidez, dessa vez. poderá ser ainda maior por conta do contexto. O governo projeta economizar de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões só neste ano por conta desses cortes.

Fiscalização

APESAR DA APREENSÃO, o pente-fino é necessário ser realizado pelo **INSS** para fiscalizar e bloquear eventuais irregularidades e verificar se o segurado ainda cumpre os requisitos para receber o auxílio.

Como se preparar?

O ADVOGADO João Eugênio Modenesi Filho explica que os segurados devem ficar atentos para atender ao chamado do **INSS**.

O AVISO é enviado pelas seguintes mídias: portal "Meu **INSS**", via mensagem de texto no celular, ou por meio de carta. O agendamento pode ser realizado pelo site meu.**inss.gov.br**/#/login. pelo aplicativo Meu **INSS**

(disponível gratuitamente nas lojas dos smartphones Android e iOS) ou pelo telefone 135.

QUEM RECEBEU a carta de convocação tem cinco dias úteis para agendar a perícia. O beneficiário que não fizer isso ou não comparecer na data agendada terá o benefício suspenso.

MODENESI também recomenda separar toda a documentação desde já. para levar à perícia. É necessário ter em mãos o número do CPF (ou do PIS/Pasep) do segurado, o número do benefício, documentos pessoais (como RG). além de papel e caneta para fazer anotações.

Benefício cancelado

CASO TENHA o benefício cancelado, o segurado pode entrar com recurso administrativo junto ao **INSS**. Porém, se o recurso for negado, pode ainda ir à Justiça Federal.

Fonte: advogado João Eugênio Modenesi Filho. O Globo e advogada Renata Prado.

ANÁLISE

Jorge D'Ambrosio,

economista

"Aposentado do **INSS** não pode pagar pato"

"O governo federal está buscando cortar gastos em todos os lugares possíveis. E no **INSS** nós temos um custo muito grande com as aposentadorias.

Só que chama atenção que a aposentadoria dos senadores, dos deputados, dos ministros do STF, essas não são mexidas.

Assim, o governo vai procurando fazer com que o aposentado cada vez fique mais afastado de alguma condição de ganho real. Então, fazer esse pente-fino, é realmente procurar uma agulha no palheiro, em função do número de aposentados.

O governo deveria pensar em cortar custos e gastos que ele mesmo vem fazendo, com aumento de ministérios e funcionários. porque a máquina está inchada de novo. Isso sem contar a verba extra a deputados para aprovar projetos. O governo tem de cortar na carne

Senado analisa PEC que alivia bolso de prefeituras

O Plenário do Senado deve analisar na sessão desta terça-feira (2), a partir das 14h, proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece medidas para aliviar as contas dos municípios. O texto reabre o prazo para que as prefeituras parcelem dívidas com a **Previdência Social** e define limites para o pagamento de precatórios - valores devidos pelo poder público decorrentes de sentenças judiciais - pelos municípios. Será a primeira de cinco sessões de discussão antes do primeiro turno de votação

Essa proposta (PEC 66/2023) foi apresentada no ano passado pelo senador Jader Barbalho (MDB-PA), que afirma na justificção do documento que a dívida previdenciária dos municípios em 2022 era de R\$ 190,2 bilhões.

O texto recebeu uma versão alternativa (um substitutivo) de seu relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ), Carlos Portinho (PL-RJ). Ele estendeu até 31 de julho de 2025 o prazo para adesão ao parcelamento das dívidas previdenciárias. No texto original, a data-limite era 31 de dezembro de 2023.

Com relação aos limites para pagamento de precatórios, Portinho incluiu limites diferenciados de acordo com as dívidas dos municípios, enquanto Jader previa em sua proposta original limite de 1% da receita corrente líquida apurada no ano anterior. (Agência Senado)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/07/senado-analisa-pec-que-alivia-bolso-de-prefeituras.html>

Benefícios vinculados ao mínimo

Bernardo Lima e Karolini Bandeira
economia@oglobo.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ontem que não vai desvincular benefícios do reajuste do salário mínimo. De acordo com ele, a medida não seria correta do "ponto de vista econômico, político e humanitário".

As declarações foram dadas em uma entrevista à rádio Princesa, da Bahia.

"Eu não faço isso porque não é correto tentar jogar a culpa de qualquer ajuste que você quer fazer em cima do mínimo. O mínimo é aquilo que está estabelecido por lei para que a gente garanta ao trabalhador aquilo que é necessário para comer. Primeiro temos a obrigação de recolocar (a perda com) a **inflação**.

Depois nós decidimos que, quando a economia cresce, é preciso que o resultado desse crescimento seja distribuído com o povo", afirmou Lula.

Em entrevista à Rádio Itatiaia na semana passada, o presidente também afirmou que o governo trabalha em um pente-fino nos cadastros de benefícios para reduzir os gastos, de modo a excluir quem está recebendo, mas não tem o direito. O governo prevê economizar de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões com a revisão de cadastros no ano que vem. Os recursos são necessários para alcançar a meta fiscal de 2025, que prevê resultado zero, e já devem constar do Projeto de Lei Orçamentária Anual, a ser enviado para o Congresso até o dia 31 de agosto.

De um lado, a equipe econômica vê a necessidade de um exame amplo no cadastro s do Benefício de Prestação Continuada, que cresceu acima da média nos últimos meses. A Previdência, por sua vez, diz ser responsável apenas pelas perícias médicas de quem já recebe o auxílio. Enquanto isso, o Desenvolvimento Social afirma que a revisão do BPC não é uma atribuição da pasta.

Entre janeiro e maio deste ano, 351,8 mil pessoas passaram a receber o benefício, segundo as estatísticas da **Previdência Social**. O número equivale a 2,4 vezes a média entre 2014 e 2022 para o mesmo período - um gasto a mais de R\$ 577 milhões em 2024.

Lula também voltou a criticar a gestão do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. De

acordo com o presidente, a decisão de manter a taxa básica de juros (Selic) em 10,5% ao ano é "exagerada".

"Quem quer o banco central autônomo é o mercado.

Eu tive um Banco Central independente, o Meirelles (Henrique, economista) ficou oito anos no Banco Central no meu governo, sem que o presidente se metesse.

O que você não pode é ter um Banco Central que não está combinando com o que é o desejo da população.

Não precisamos ter política de juros altos nesse momento.

A taxa selic de 10,5% está exagerada. A **inflação** está controlada", disse.

Em sua última reunião, o Comitê de Política Monetária do Banco Central decidiu manter a taxa básica.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Pensão por morte: quem tem direito ao benefício do INSS? - RECLAMAR ADIANTA

Advogada Cátia Vita

Minha mãe recebia um salário mínimo do meu falecido pai e ela veio a falecer no último dia 17/03.

Ouvi dizer que eu poderia ficar recebendo a pensão, já que sou solteiro, isso procede?

(Júlio do Nascimento, São Gonçalo)

A advogada Cátia Vita esclarece que a pensão por morte é um benefício previdenciário destinado aos dependentes do segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) que venha a falecer, independentemente de estar aposentado ou não.

Para ter direito a esse benefício, o falecido deve ser segurado pelo **INSS**, estar em "período de graça", estar recebendo um benefício ou ter direito adquirido a algum benefício. A relação de dependentes é categorizada em três classes distintas, com uma hierarquia de exclusão entre elas.

A primeira classe inclui cônjuge, companheiro(a) e filhos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 anos, ou filhos inválidos ou com deficiência intelectual, mental ou grave (sem limite de idade). Se houver mais de um dependente nessa classe, o benefício é dividido igualmente entre eles. Na segunda classe estão os pais do falecido, enquanto na terceira classe estão os irmãos não emancipados, de qualquer condição, menores de 21 anos, ou irmãos inválidos ou com deficiência mental, intelectual ou grave (sem limite de idade).

A compreensão dessa estrutura é fundamental para determinar quem tem direito à pensão por morte, assegurando que os beneficiários recebam o suporte financeiro necessário após o falecimento do segurado do **INSS**, salienta o advogado Átila Nunes do serviço [www](http://www.reclamaradianta.com.br).

reclamaradianta.com.br.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/impressa/12507/02-07-2024.html>

Contas de luz vão ficar mais caras a partir deste mês

As contas de luz deste mês terão bandeira tarifária amarela, por conta de condições menos favoráveis para geração de energia no país.

O anúncio foi feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com isso, as tarifas pagas pelos consumidores serão acrescidas em R\$ 1,885 a cada 100 quilowatts-hora (kW/h) gastos.

A ideia desse sistema de bandeiras é que os consumidores passem a economizar eletricidade para evitar a alta das faturas, garantindo a sustentabilidade do sistema.

Segundo a agência reguladora, foi preciso acionar a bandeira amarela devido à previsão de chuvas abaixo da média até o fim do ano (cerca de 50% menos). Além disso, explica a Aneel, há expectativa de crescimento da carga e do consumo de eletricidade no mesmo período.

De acordo com o órgão regulador, a bandeira é válida para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional (SIN) - malha de linhas de transmissão que leva energia elétrica das usinas aos consumidores.

"A orientação é para utilizar a energia de forma consciente e evitar desperdícios que prejudicam o meio ambiente e afetam a sustentabilidade do setor elétrico como um todo.

A economia de energia é essencial para a preservação dos recursos naturais", afirmou a Aneel.

Em março, a agência aprovou uma redução nos valores das bandeiras. Segundo o órgão regulador, a medida foi aprovada devido ao cenário hidrológico favorável, à grande oferta de energia renovável no país e "aos alívios verificados no preço dos combustíveis fósseis no mercado internacional".

A decisão determinou a redução para a bandeira amarela de quase 37%, saindo de R\$ 2,989/100kWh para R\$ 1,885/100kWh. Já para a bandeira vermelha, patamar 1, reduziu de R\$ 6,50 para R\$ 4,463 (queda de 31,3%) e, o patamar 2, de R\$ 9,795 para R\$ 7,877/100kWh (redução de quase 20%).

TIRE SUAS DÚVIDAS SOBRE O AUMENTO

QUANDO FOI A ÚLTIMA VEZ QUE HOVE BANDEIRA TARIFÁRIA NA CONTA?

A última vez em que houve cobrança extra na conta de luz foi em abril de 2022.

Portanto, foram 26 meses de bandeira verde, sem valores adicionais.

.....

POR QUE A CONTA DE LUZ VAI FICAR MAIS CARA?

A Aneel citou a "previsão de chuvas abaixo da média até o fim do ano" para justificar a adoção da bandeira amarela.

Segundo a agência reguladora, no país como um todo as chuvas poderão ficar 50% abaixo da média histórica para o período.

"Esse cenário de escassez de chuvas, somado ao inverno com temperaturas superiores à média histórica do período, faz com que as termelétricas, com energia mais cara que hidrelétricas, passem a operar mais", diz uma nota divulgada pela agência.

.....

O QUE SÃO AS BANDEIRAS TARIFÁRIAS QUE INCIDEM NA CONTA DE LUZ?

A Aneel introduziu o sistema de bandeiras tarifárias em 2015 - a verde não tem qualquer taxa extra, a amarela tem uma taxa intermediária e a vermelha, a cobrança mais elevada. O objetivo é repassar, de forma mais rápida, as variações do custo de geração. Além disso, segundo a agência, o sistema sinaliza aos consumidores esse preço de geração, induzindo que as famílias procurem economizar o uso da eletricidade nos momentos de custo mais elevado.

.....

QUAL VAI SER O VALOR DA BANDEIRA NA CONTA DE LUZ?

Haverá uma cobrança a mais de R\$ 1,885 a cada 100 kW/h de consumo de energia. Esse valor é um pouco

menor do que era praticado antes. Em março, a Aneel reduziu essa sobretaxa em 37%. A medida, que já estava no radar de economistas, é mais uma fonte de pressão sobre a **inflação** deste ano.

Andréa Angelo, estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, estima que uma cobrança adicional na conta de luz pode levar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a fechar em 4,2% este ano, contra uma previsão anterior de 4%.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Modernização do benefício previdenciário, alta do dólar e o juros da dívida pública

Ministros e secretários da equipe econômica do governo Lula querem diminuir os gastos com benefícios previdenciários e assistenciais, mas ao mesmo tempo há um certo melindre em tocar no assunto e assumir esse desejo. Sabem que é um tema extremamente impopular. Não é à toa que com a mesma velocidade em que o corte das despesas previdenciárias é introduzido no debate nacional, dele sai rapidamente.

É um assunto controverso e que divide opiniões na própria base do governo. E a tática de falar em mudança e depois recuar funciona como uma espécie de balão de ensaio, para sentir o mercado financeiro e saber até onde vai a reação popular nesse tema indigesto.

A ameaça da vez é o benefício assistencial. Quando o dólar estava subindo e naturalmente preocupando a equipe econômica, surgiu mais um anúncio de que o BPC (Benefício de Prestação Continuada), concedido a idosos acima de 65 anos ou inválidos, poderia ser alterado para permitir que seja pago abaixo do salário mínimo. Mas também há a possibilidade de se fazer até o final do ano uma grande revisão de benefícios previdenciários, chamada de "pente-fino", para tentar enxugar as despesas.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Em maio, a desindexação do salário mínimo do benefício previdenciário foi falado. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, na ocasião deu uma entrevista cogitando desvincular benefícios previdenciários do salário mínimo. Em junho, a ministra se manifesta publicamente dizendo que a desvinculação do piso das aposentadorias ao salário mínimo "não passa pela cabeça" do governo.

A necessidade de falar em cortar gastos previdenciários aparece toda vez que indicadores como o dólar, a **inflação** ou a dívida pública aumentam. E nesses seis meses iniciais do ano eles estão dando sinais ruins, o que sobra para a **Seguridade Social**.

Há uma sinergia entre os temas: despesa

previdenciária, alta dólar, **inflação**, dívida pública e juros da dívida.

A Dívida pública federal aumentou e nos primeiros três meses do ano ultrapassou R\$ 6,6 trilhões. Já o dólar a partir de abril vem aumentando. Com efeito, a dívida pública no mercado externo também sofreu alta.

Nos primeiros quatro meses desse ano, os gastos previdenciários somaram R\$ 80,7 bilhões, uma alta real de 17% em relação ao mesmo mês do ano passado. Chegamos a metade do ano e os gastos previdenciários continuam em alta, principalmente em razão do Atestmed, ferramenta que vem permitindo a concessão do benefício por incapacidade temporária sem perícia inicial, o que aumenta o número de fraudes e atestados médicos falsos.

Para reduzir a fila do **INSS**, é como se o governo tivesse feito vista grossa a eventuais fraudes e aberto a torneira de gastos. Como o benefício por incapacidade está sendo concedido ligeiramente, a velocidade do gasto do **INSS** também aumenta.

O governo quer fazer o ajuste fiscal e, para isso, busca a revisão de gastos na área previdenciária, mas com um nome pomposo: "modernização dos benefícios previdenciários". Desde quando pagar benefício (previdenciário ou assistencial) abaixo de um salário mínimo é modernizar? São assuntos que de fato estão interligados.

Por meio da dívida pública, o governo obtém dinheiro emprestado a instituições financeiras e investidores para honrar compromissos financeiros. Em contrapartida, assume o compromisso de devolver os recursos corrigido depois de um tempo, que pode se atrelar por exemplo a seguir a **inflação** ou o dólar.

A questão é que o gasto da **seguridade social** não é o único. Existe um outro que é tão ou mais relevante e quase não se fala: os juros pagos todos os anos para amortizar a dívida pública.

Apenas de 2023 a 2026, o orçamento reservado para o governo brasileiro gastar com os juros da dívida corresponde a R\$ 1,7 trilhão, o que em média equivale a R\$ 350 bilhões por ano.

Para fins de comparação, o **INSS** gastou no

quadrimestre cerca de R\$ 80,7 bilhões, enquanto o governo federal pagou R\$ 116 bilhões apenas para os juros da dívida pública. Não é propriamente o valor principal da dívida, mas tão somente parte dele, os juros.

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

Esse gasto da dívida pública não vai para brasileiros extremamente pobres, que dependem do benefício assistencial, ou para a maioria da classe média que recebe aposentadoria do **INSS** de até dois salários mínimos.

Esse montante bilionário que o governo gasta mensalmente vai para instituições financeiras . E não há previsão de quando irá parar. Paradoxalmente, pouco se fala no assunto. Não gera por exemplo a indignação na mesma intensidade que o gasto previdenciário desperta em alguns analistas e membros do governo.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/07/modernizacao-do-beneficio-previdenciario-alta-do-dolar-e-o-juros-da-divida-publica.shtml>

Imposto Seletivo pode conter alíquota do IVA e ainda gerar receita, defende Bráulio Borges

Marta Watanabe De São Paulo

O Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que virá com a **reforma tributária** sobre consumo deverá ter uma das maiores alíquotas do mundo. Mas uma ampliação do Imposto Seletivo (IS), outro tributo que também será criado pela mesma reforma, pode aliviar a alíquota do IVA. Bem calibrado, o Imposto Seletivo merece maior atenção no debate da reforma porque pode garantir não só arrecadação recorrente e aproximar o Brasil do modelo de tributação dos chamados "excise taxes" em outros países, inclusive latino-americanos, mas também melhorar o bem-estar da sociedade, com redução de gastos públicos e privados com saúde e contribuindo para financiar a transição energética.

Se além das cobranças propostas pelo governo o Imposto Seletivo for ampliado para também incidir em 20% sobre alimentos processados e ultraprocessados e em 10% sobre combustíveis, a alíquota de referência do novo IVA pode cair dos 26,5% estimados atualmente pelo governo para 25,1%. Se mantidas essas mesmas condições a parcela sobre combustíveis for ampliada para 20% ou 30%, a alíquota do IVA pode cair a 24,4% e a 23,6%, respectivamente. Ou seja, ainda que com função extrafiscal, um IS mais amplo poderia aliviar a carga de IVA sobre produtos que não geram externalidades negativas à saúde e ao meio ambiente.

A análise é do economista Bráulio Borges, consultor da LCA e pesquisador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). As simulações para definir as alíquotas de referência do IVA em diferentes cenários de cobrança do IBS foram feitas usando o SimVAT, ferramenta que o Banco Mundial disponibilizou para calcular o impacto da **reforma tributária**.

Borges lembra que, da forma como foi estabelecida, é muito provável que a reforma resulte em carga tributária sobre consumo maior que a atual. Isso porque a Emenda Constitucional (EC) 132/2023, que instituiu a reforma, definiu que a soma da arrecadação dos novos **tributos** que serão criados não poderão ultrapassar a dos **tributos** que serão extintos, como

proporção do **PIB** e considerando a média entre 2012 e 2021.

A alíquota média efetiva sobre consumo desse período de dez anos, porém, ressalta o economista, considerando os cinco **tributos** atuais abarcados pela reforma, foi de 26,3% de 2012 a 2021, acima dos 24% em 2022 e dos 22,6% em 2023. O aumento de carga, portanto, deve acontecer, diz Borges, ainda que o IVA traga elevação de arrecadação resultante de maior conformidade e eficiência do novo sistema tributário.

Para o cálculo da alíquota efetiva sobre consumo Borges baseou-se em dados das contas trimestrais do IBGE e considerou base estimada de consumo das famílias menos aluguel imputado, mais compras governamentais de bens e serviços. Foi subtraído o total de **impostos** sobre produtos, líquidos de subsídios. Foi considerada a alíquota calculada "por fora".

A Emenda Constitucional estabeleceu um IVA dual, com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser gerido conjuntamente por Estados e municípios. Além desses dois **tributos** a emenda estabeleceu também o IS, que será cobrado a partir de 2027, com natureza parafiscal, para bens e serviços nocivos à saúde ou ao meio ambiente. Os três **tributos** - CBS, IBS e IS - irão substituir os atuais PIS, Cofins e IPI, federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal. O IPI permanecerá apenas residualmente, para operações da Zona Franca de Manaus.

Borges destaca que há várias combinações possíveis de CBS, IBS e IS que permitiriam voltar à arrecadação que os cinco **tributos** que serão substituídos pela reforma tinham de 2012 a 2021. "O ideal seria que boa parte dessa recomposição em relação à carga que temos agora, de 2023 a 2024, se concentrasse no Imposto Seletivo. Porque o Brasil foi na contramão do que aconteceu lá fora."

Borges explica que houve redução expressiva da carga tributária efetiva sobre consumo no Brasil nos últimos 15 anos. Antes de chegar à média de 26,3% entre 2012 e 2021, a carga com os cinco **tributos** que

serão substituídos pela reforma foi mais alta. A alíquota efetiva conjunta dos cinco **tributos** saiu de 25,7% em 1999, subiu para 27,6% em 2000 e desde então seguiu tendência de crescimento gradativo até 2004, quando atingiu 32% do consumo. Com algumas oscilações a carga se manteve acima de 30% até 2008, quando atingiu o pico de 32,1%. A carga dos cinco **tributos** em 2023 e 2024, segundo levantamento do economista, ficou, respectivamente, 8,1 p.p. e 9,4 p.p. abaixo da de 2008.

Parte dessa evolução foi resultado de mudança de mix, com aumento percentual da participação de serviços no consumo, que são atualmente menos tributados. Houve também muita desoneração, boa parte delas "eleitoreiras", aponta. Ele destaca a desoneração de **tributos** federais na cesta básica, no governo Dilma [Rousseff]. "A medida foi pouco focalizada e estudos indicam que boa parte da desoneração virou margem de lucro das empresas produtoras ou do varejo e não foi repassada para o consumidor".

Em 2022, lembra, veio nova rodada de "desonerações eleitoreiras" do governo federal, sob mandato de Jair Bolsonaro, com redução de PIS, Cofins, IPI e com imposição de corte no ICMS dos Estados. O impacto pleno das medidas aconteceu somente em 2023 e parte dessa redução de carga não foi recomposta até agora, destaca.

IS é instrumento de promoção de saúde e preservação ambiental

Carolina Resende

Borges ressalta também a redução de carga especificamente em **tributos** federais já existentes e que se enquadram no modelo do excise tax: a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e o IPI. A Cide, lembra ele, passou a ser cobrada em 2002 e chegou a arrecadar o equivalente a 0,5% do **PIB** mas, apesar de continuar existindo formalmente, não arrecada praticamente nada desde 2018, após a greve nacional dos caminhoneiros. "A Cide poderia muito bem funcionar como um carbon tax, mas foi zerada." O IPI também passou por várias desonerações que nunca foram totalmente revertidas, diz.

Somadas, a arrecadação da Cide e do IPI chegou a representar 3,9% da base estimada de consumo brasileiro em 2002. A carga perdeu força gradativamente. Em 2009 ficou em nível inferior a 3% da base de consumo-2,1%-e em 2013 já estava abaixo dos 2%, em 1,8% do consumo. Em 2022 e 2023 essa carga foi de 1,2% e 1,1% da base de consumo, respectivamente, indicam dados elaborados

por Borges.

A evolução, diz, mostra que o Brasil está na contramão do mundo, inclusive dos países considerados comparáveis. Com base em dados do Banco Mundial, ele destaca que em 2000 o Brasil tinha arrecadação em excise taxes equivalente a 1,56% do **PIB**, próximo ao 1,4% da média da América Latina e Caribe. Após período de queda, os países latinos e caribenhos intensificaram a cobrança desses **tributos** desde 2014, chegando a uma carga média de 2,1% do **PIB** em 2022.

O Brasil, porém, foi em caminho diferente. A carga brasileira dos excise taxes no país ficou em 0,9% do **PIB** em 2021, de acordo com os dados do Banco Mundial. "Com os dados disponíveis da **Receita Federal** é possível estimar que essa carga caiu para perto de 0,6% do **PIB** em 2022 e 2023", diz Borges. Os demais países, observa, elevaram os excise taxes tributando principalmente itens como bebidas açucaradas e combustíveis fósseis, enquanto o Brasil foi desonerando boa parte dos produtos que geram externalidades negativas.

A reforma sobre consumo, defende, traz boa oportunidade para tornar o sistema brasileiro mais racional. A emenda da reforma, lembra, estabeleceu o Imposto Seletivo para bens e serviços nocivos à saúde ou meio ambiente, mas deixou para a regulamentação a definição sobre produtos e setores. A emenda estabeleceu, porém, a cobrança do IS no setor extrativo mineral, com alíquota de até 1 %.

Para Borges, é provável que o IS do setor extrativo mineral tenha sido estabelecido apenas como tentativa de gerar receita adicional - estimada por ele em R\$ 8 bilhões a R\$ 9 bilhões por ano, caso a alíquota seja de 1% - que permita reduzir a alíquota padrão do CBS e IBS.

O Projeto de Lei Complementar 68/2024, apresentado pelo governo para regulamentação da reforma e ainda em debate no Congresso, estabelece a cobrança do IS sobre bebidas alcoólicas e tabaco, algo que já era esperado porque os produtos já são sobretaxados atualmente. Nesses itens, a discussão, diz Borges, tem ficado sobre as diferenciações de tributação do IS conforme o teor alcoólico, no caso de bebidas.

Como "novidades", destaca Borges, o projeto propôs a tributação de IS sobre veículos, embarcações e aeronaves emissores de poluentes. O projeto também estabeleceu a tributação de bebidas açucaradas, seguindo tendência disseminada em outros países mas, destaca, como resultado da atuação de lobbies, alimentos processados e ultraprocessados ficaram de fora.

Borges defende a ampliação dos itens sujeitos ao IS, para alcançar não somente alimentos processados e ultraprocessados mas também para criar um carbon tax efetivo, na ponta do consumo. Ele defende também a inclusão dos jogos de azar nas cobranças do IS.

Os deputados do Grupo de Trabalho que analisa a regulamentação da **reforma tributária** têm informado que devem propor a cobrança do IS sobre jogos de azar, mas defendem a desoneração das carnes do IBS e da CBS. Pela PLP 68/2024, as carnes têm redução de 60% no IBS e na CBS. Na discussão da regulamentação, comenta Borges, todos querem a alíquota zero ou a menor tributação da CBS e do IBS. "Ninguém quer estar no Imposto Seletivo", diz o economista. Para ele, é preciso calibrar as alíquotas do IS de forma cuidadosa, para que não sejam nem muito baixas, nem "confiscatórias".

Borges cita recente estudo do Banco Mundial que analisa os efeitos no Brasil de um Imposto Seletivo de 20% sobre alimentos processados e ultraprocessados. Mesmo considerando o gasto extra com a incidência do IS na cesta de produtos consumidos, a tributação geraria ganhos expressivos para a sociedade quando se considera os anos devida ganhos por melhoria da saúde, em termos monetários, e a redução de gastos com medicamentos.

Debate precisa ser mais claro, com outros agentes se manifestando Luiz Schymura

Os ganhos seriam sobretudo para os mais pobres, salienta Borges. O estudo do Banco Mundial, observa, mostra que há ganhos para quase todos os decis de consumo associados à renda e neutralidade para o decil mais rico. Quanto mais pobre, maior o ganho do IS sobre processados e ultraprocessados, diz o estudo.

Quando se considera a discussão da taxa de carbono, uma das principais da atualidade, diz, o Brasil não taxa emissões e também não tem um carbon tax, ou imposto sobre carbono.

"O Brasil está muito atrasado."

Segundo outro estudo divulgado há cerca de dois anos pelo Banco Mundial, diz, a introdução gradativa da taxa de carbono no Brasil sobre combustíveis fósseis poderia gerar arrecadação adicional de quase 1% do **PIB** até 2030. Isso, destaca, poderia ser implementado no Brasil por meio do IS ou da Cide. Caso esse carbon tax fosse implementado via IS, isso permitiria reduzir a alíquota padrão de CBS e IBS brasileiro. Se a opção for pela Cide, a vantagem é que

apenas 29% de sua arrecadação seria partilhada - no IS a União fica apenas com 40% da receita. A Cide, porém, tem um "defeito congênito", diz Borges. A legislação que criou o tributo em 2001 definiu teto de cobrança de valores nominais por litro, na chamada cobrança "ad rem", e não foi prevista atualização do valor pela **inflação**.

Além de ajudar a reduzir a alíquota dos novos CBS e IBS, a instituição de um carbon tax, defende Borges, poderia melhorar o resultado primário, financiar a transição energética no Brasil e possibilitar os "feebates" - contração de "fee" e "rebate" em inglês, ou, respectivamente, "taxa" e "desconto" - , nos quais se poderia cobrar o carbon tax na gasolina e no diesel para subsidiar o etanol. "Faz sentido num país em que a frota é flex", diz Borges. Outra possibilidade de uso da receita extra seria uma ampliação do "cashback", instrumento criado pela reforma para devolução à população mais pobre ao menos de parte do IVA pago.

Carolina Resende, pesquisadora do Ibre, lembra que até o momento a discussão sobre IS é sobre os itens que devem ficar sujeitos ao imposto, porque as alíquotas devem ser discutidas depois, em lei ordinária. Além dos alimentos ultraprocessados e do carbon tax, ela chama atenção para a questão dos agrotóxicos, que contam com renúncia fiscal significativa e acabaram blindados na emenda da reforma. A emenda garantiu aos in-sumos agrícolas redução de 60% do IBS e da CBS e dessa forma tirou esses produtos da tributação do Imposto Seletivo. Mas a discussão do IS, diz ela, não é só sobre alíquotas. "O Imposto Seletivo precisa ter debate ampliado porque não é uma questão somente econômica, é instrumento de promoção de saúde coletiva e de preservação do meio ambiente."

Para Luiz Guilherme Schymura, diretor do Ibre, dada a repercussão que o IS tem, é preciso que o debate atual sobre o imposto, que parece passar "ao largo", aconteça de forma "mais clara e transparente, com oportunidade de outros agentes se manifestarem."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187917?page=1§ion=1>

Começam a valer regras sobre as eleições municipais

RESTRIÇÕES As principais restrições previstas pelo calendário eleitoral começam a valer a partir deste mês de julho para impedir que os candidatos às prefeituras e câmaras municipais usem a máquina pública para influenciar a corrida.

Já no próximo sábado, três meses antes do pleito, a nomeação, contratação e demissão - mesmo por Justa causa - de **servidores públicos** passa a ser restringida. As exceções são as nomeações e indicações de cargos comissionados e as contratações emergenciais para garantir o funcionamento de serviços públicos essenciais.

Passam a valer, na mesma data, as regras de publicidade estatal. Propaganda do governo está proibida.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Principais restrições do calendário eleitoral de 2024 começam neste mês de julho

A partir deste mês, começam a valer as principais restrições previstas no calendário eleitoral para impedir o uso da máquina pública a favor de candidatos às eleições municipais de outubro. As vedações estão previstas na Lei das Eleições (Lei 9.504/1997).

No dia 6 de julho, três meses antes do pleito, começam as restrições para contratação e demissão de **servidores públicos**. A nomeação de servidores só pode ocorrer se o resultado do concurso foi homologado até 6 de julho.

A partir do dia 20, os partidos podem realizar suas convenções internas para a escolha dos candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores.

O primeiro turno das eleições será no dia 6 de outubro. O segundo turno da disputa poderá ser realizado em 27 de outubro nos municípios com mais de 200 mil eleitores, nos quais nenhum dos candidatos à prefeitura atingiu mais da metade dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos, no primeiro turno.

Os agentes públicos também estão proibidos de fazer transferência voluntária de recursos do governo federal aos estados e municípios. O dinheiro só pode ser enviado para obras que já estão em andamento ou para atender situações de calamidade pública.

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini>

Calendário eleitoral mais apertado no mês de julho

A partir deste mês, começam a valer as principais restrições previstas no calendário eleitoral para impedir o uso da máquina pública a favor de candidatos às eleições municipais de outubro. As vedações estão previstas na Lei das Eleições (Lei 9.504/1997).

No dia 6 de julho, três meses antes do pleito, começam as restrições para contratação e demissão de **servidores públicos**. A partir do dia 20, os partidos podem realizar suas convenções internas para a escolha dos candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores.

O primeiro turno das eleições será no dia 6 de outubro. O segundo turno da disputa poderá ser realizado em 27 de outubro nos municípios com mais de 200 mil eleitores, nos quais nenhum dos candidatos à prefeitura atingiu mais da metade dos votos válidos, excluídos os brancos e nulos, no primeiro turno.

A seguir, confira quais são as principais restrições a partir do próximo sábado (6), segundo determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

SERVIDORES

Os agentes públicos não podem nomear, contratar e demitir por justa causa **servidores públicos**. A lei abre exceção para nomeação e exoneração de pessoas que exercem função comissionada e a contratação de natureza emergencial para garantir o funcionamento de serviços públicos essenciais.

CONCURSOS

A nomeação de servidores só pode ocorrer se o resultado do concurso foi homologado até 6 de julho.

VERBAS

Os agentes públicos também estão proibidos de fazer transferência voluntária de recursos do Governo Federal aos estados e municípios. O dinheiro só pode ser enviado para obras que já estão em andamento ou para atender situações de calamidade pública.

PUBLICIDADE

A autorização para realização de publicidade

institucional de programas de governo também está proibida. Pronunciamentos oficiais em cadeia de rádio e televisão e a divulgação de nomes de candidatos em sites oficiais também estão vedados e só podem ocorrer com autorização da Justiça Eleitoral.

INAUGURAÇÕES

Também fica proibida a participação de candidatos em inaugurações de obras públicas.

CONVENÇÕES

A partir do dia 20 de julho, os partidos políticos e as federações poderão escolher seus candidatos para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. O prazo para realização das convenções termina no dia 5 de agosto.

GASTOS

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgará, também a partir do dia 20 deste mês, o limite de gastos de campanha para os cargos que estarão em disputa.

DIREITO RESPOSTA

Também começa a valer a possibilidade de candidatos e partidos pedirem direito de resposta contra reportagens, comentários e postagens que considerarem ofensivas na imprensa e nas redes sociais.

RESTRIÇÕES

DO CALENDÁRIO ELEITORAL

A PARTIR DE 6 DE JULHO

Nomeação de servidores - não podem nomear, contratar e demitir por justa causa **servidores públicos**.

Concursos - nomeação só pode ocorrer se o resultado do concurso foi homologado até 6 de julho.

Verbas - proibida transferência voluntária de recursos do governo federal aos estados e municípios.

Publicidade estatal - publicidade institucional de

programas de governo está proibida.

Inauguração de obras - proibida a participação de candidatos em inaugurações de obras públicas.

fonte: TSE

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/emef/#p=1>

Regras já começam a valer nesta semana

As principais restrições previstas pelo calendário eleitoral começam a valer a partir deste mês de julho para impedir que os candidatos às prefeituras e câmaras municipais usem a máquina pública para influenciar a corrida. O primeiro turno está marcado para 6 de outubro, e o segundo será no dia 27 do mesmo mês. Porém, só municípios com mais de 200 mil eleitores têm votação em dois turnos, caso nenhum dos candidatos à prefeitura atinja mais da metade dos votos válidos na primeira rodada.

Já no próximo sábado, 6, três meses antes do pleito, a nomeação, contratação e demissão - mesmo por justa causa - de **servidores públicos** passa a ser restringida. As exceções são as nomeações e indicações de cargos comissionados e as contratações emergenciais para garantir o funcionamento de serviços públicos essenciais.

É neste sábado, também, que os políticos ficam proibidos de fazer transferências de recursos do governo federal a estados e municípios. Novos pagamentos ficam suspensos, mas o dinheiro ainda pode ser enviado para obras que já estejam em andamento ou para casos de calamidade pública.

Passam a valer, na mesma data, as regras de publicidade estatal. Propaganda institucional de projetos do governo está proibida, assim como a presença de políticos na inauguração de obras ou lançamento de programas. Já os pronunciamentos oficiais em rádio ou TV, além da divulgação de candidaturas definitivas, só podem acontecer com permissão da Justiça Eleitoral.

Em 20 de julho, os partidos poderão realizar convenções e debates internos para escolha dos candidatos definitivos para os cargos de prefeito e vice-pre-feito, além das listas de vereadores. O prazo para definição é 5 de agosto. É nesse mesmo dia que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulga o limite de gastos de campanha para os cargos que estão em disputa.

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Inspeção médica tem novas regras divulgadas

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Relações de Trabalho (SRT), divulgou ontem uma portaria que traz as orientações de inspeção médica para novos servidores. O documento esclarece o rol de exames necessários a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) e reúne todos os procedimentos a serem demandados para a posse dos candidatos aprovados nos vários concursos públicos federais previstos.

Os candidatos aprovados no Concurso Nacional Unificado (CNU), o "Enem dos Concursos" marcado para o dia 18 de agosto, já deverão seguir as regras do novo normativo.

Quem fará a inspeção médica oficial dos candidatos aprovados serão **servidores públicos** federais ocupantes de cargo efetivo de diferentes áreas médicas.

REDE PRIVADA OU SUS Para candidatos com vínculo com Forças Armadas, Polícias Militares ou Corpo de Bombeiros, a inspeção médica oficial poderá ser realizada por médicos militares.

A inspeção médica oficial contemplará avaliação clínica abrangendo realização de exames de sanidade física e mental e avaliação de exames complementares básicos.

Todos os exames solicitados poderão ser realizados na rede privada de saúde.

Também existe a opção, para todos os candidatos, de que a inspeção médica oficial seja realizada por profissionais médicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) das esferas federal, estadual, distrital ou municipal.

Os exames só terão validade se realizados até 60 dias antes da data de sua apresentação à inspeção médica oficial. Isso não se aplica a exames oftalmológico e otorrinolaringoscópico - tais exames, quando solicitados, serão válidos se realizados até 180 dias antes da data de sua apresentação à inspeção médica oficial.

A conclusão da inspeção médica oficial será

formalizada por meio de atestado declaratório de aptidão ou inaptidão física e mental para a investidura no cargo público.

Próximo CNU deve acontecer no ano que vem

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos projeta uma nova edição do Concurso Nacional Unificado.

Em entrevista à CNN Brasil no sábado, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, confirmou que o governo federal estuda realizar uma segunda edição do certame no ano de 2025.

- A gente conseguiu montar um modelo que agradou a todo mundo. A gente pensa em fazer no ano que vem, mas ainda vamos autorizar mais vagas esse ano, provavelmente até o início de julho. Já anunciamos as vagas no Meio Ambiente, já fizemos alguns anúncios. Mas a gente acha que deve avaliar se essas novas vagas, os ministérios e as áreas contempladas, vão querer fazer a prova unificada ou não. Se eles quiserem, a gente pode repetir a prova unificada - afirmou a ministra.

A intenção de criar nova edição do "Enem dos Concursos" já havia sido levantada durante coletiva de imprensa realizada no final do mês de fevereiro. Ainda de acordo com Dweck, a ideia é transformar o CNU em um novo modelo de entrada no setor público federal.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Imposto Seletivo é um ótimo instrumento, mas terá pouco uso - LUIZ SCHYMURA

LUIZ SCHYMURA

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente E-mail luiz.schymura@fgv.br

No fim do ano passado, a Emenda Constitucional (EC) 132/2023 foi aprovada. Os pilares de um novo sistema de tributação sobre o consumo no Brasil estavam fincados. Nesse novo modelo, optou-se por substituir os cinco **tributos** atuais (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) pela criação de três [CBS,

IBS] e Imposto Seletivo [IS]). A CBS e o IBS possuem a mesma base arrecadatória, sendo a primeira apropriada integralmente pelo governo federal, e o segundo repartido entre Estados e municípios; o IS, por sua vez, não tem ainda uma base definida, sendo o governo federal detentor de fatia de 40%, com os governos regionais se apropriando dos restantes 60% do montante arrecadado.

Após a aprovação da EC 132/2023, que determinou as diretrizes gerais do novo sistema, o Executivo ficou com a incumbência de enviar ao Congresso Nacional os projetos de lei que vão regulamentar a **reforma tributária**. É a fase do detalhamento do novo sistema de tributação.

É importante enfatizar que a **reforma tributária** não será instrumento de ajuste fiscal. Segundo os cálculos de meu colega Bráulio Borges, está-se falando num montante de arrecadação limitado a cerca de 26% do consumo.

Como se sabe, os problemas relativos à implementação de uma **reforma tributária** do consumo vão muito além da questão arrecadatória. Afinal, existem aspectos relacionados à produtividade da economia, à saúde da população, à distribuição de renda, ao meio ambiente, à segurança pública etc. que devem ser contemplados numa **reforma tributária**. Naturalmente, não se espera que conste da relação dos produtos a serem sobretaxados pelo Estado brasileiro um medicamento com efeito comprovado na cura de uma enfermidade. Por outro lado, não devem ser encarados como candidatos à isenção tributária os produtos que causam danos irreversíveis ao meio ambiente.

Isto posto, no fim de abril, o governo enviou ao

Congresso Nacional o projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, também conhecido como "Lei Geral da CBS, do IBS e do IS". O PLP lista os 15 produtos que farão parte da cesta básica nacional e estarão isentos de pagar **impostos** sobre o consumo; e os 13 produtos que comporão a cesta básica "ampliada", que terão redução de 60% na alíquota. Esse texto legal também traz uma lista de atividades econômicas sobre as quais incidirá o IS, que é uma sobretaxação (cumulativa, que não gera crédito) de itens que causam externalidades negativas tanto para o meio ambiente como para a saúde humana.

Frente à tramitação da PLP 68/2024 no Congresso, os representantes dos mais diversos setores econômicos começaram a agir ativamente nas Casas Legislativas. Não à toa, pois a briga vale a pena. Os ganhos tributários envolvidos para seus associados podem ser expressivos. Grosso modo, os lobbies setoriais têm a seguinte linha de ação: como um primeiro passo, o movimento a ser tentado é o de inserir o produto na lista da cesta básica nacional. Caso não seja possível, a busca é por um espaço na relação dos produtos que constam da cesta básica ampliada. Por fim, o foco passa a ser evitar o pior: os esforços recaem na tentativa de dificultar que o produto entre no catálogo dos itens que serão sobretaxados, a temível lista dos produtos sujeitos ao IS.

Diante dessa movimentação de muitos dos grandes segmentos da economia nacional, dois pontos requerem atenção. Em primeiro lugar, é importante que seja dado o máximo de transparência ao debate. Uma boa comunicação dos temas mais sensíveis que estiverem em discussão também é crucial. Como se viu recentemente, tanto na "privatização das praias" como na "criminalização do aborto", a mobilização da opinião pública foi um fator fundamental para que se inviabilizasse a aprovação dessas pautas no mínimo polêmicas. Desse modo, por meio da transparência e de uma comunicação bem-feita, proposições de tributação que possam soar "estranhas" serão de antemão rechaçadas.

Um segundo ponto que merece um olhar cuidadoso é o que diz respeito à definição da lista dos produtos que serão sobretaxados com o IS. Segundo levantamento de Bráulio Borges, há várias situações nas quais o IS desempenha um papel inibidor de práticas nocivas ao meio ambiente, à saúde da população, à segurança

pública etc. Aliás, o IS ("excise tax", como é denominado em inglês) vem cumprindo papel cada dia mais importante como instrumento de política pública em inúmeros países. Por isso, nos dias de hoje, um arcabouço regulatório bem estruturado nas áreas de infraestrutura social não pode prescindir da adoção do IS como mecanismo de apoio ao modelo de regulação.

Numa comparação entre o Brasil e o conjunto dos países da América Latina e do Caribe na arrecadação de "excise taxes", é observado que em 2010 os níveis eram semelhantes, em torno de 1,3% do **PIB**. Contudo, com o correr dos anos, o recolhimento de "excise taxes" nos países da América Latina e do Caribe anos começou a crescer, enquanto o do Brasil encolheu. Em 2021 (último

dado de uma série do Banco Mundial), enquanto América Latina e Caribe arrecadaram cerca de 2% do **PIB**, o Brasil estava abaixo de 1 % do **PIB**.

Porém, apesar de estar a cada dia mais patente a relevância do IS no apoio à regulação, a forma como a **reforma tributária** do consumo foi estruturada acaba criando restrições ao uso extensivo do IS. A explicação é simples. Quando o governo federal resolve sobretaxar um produto, a cada R\$ 1 de aumento na arrecadação por causa da cobrança de IS, o governo federal tem que transferir R\$ 0,60 para Estados e municípios. Devido à restrição explícita à elevação da carga tributária sobre o consumo, o governo federal tem que renunciar à R\$ 1 de arrecadação da CBS. Como se vê, Estados e municípios se apropriam de RS 0,60 e não precisam renunciar à arrecadação. Com isso, a conta cai no colo do governo federal, que arca com a perda líquida de RS 0,60.

Não resta dúvidas de que, num momento em que o governo federal está buscando aumentar a arrecadação, o mecanismo desenhado na **reforma tributária** acaba inibindo o IS de cumprir o papel que desempenha em outros países.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187917?page=1§ion=1>

Governo estuda taxar renda de fundo imobiliário "de tijolo"

Fernanda Guimarães e Guilherme Pimenta De São Paulo e Brasília

O governo colocou na mesa a possibilidade de tributação da renda de fundos imobiliários (FIIs) e fundos de investimentos em cadeias industriais (Fiagros), apurou o Valor. Uma minuta do texto da **reforma tributária** está sendo discutida pelo Grupo de Trabalho (GT) da Câmara dos Deputados sobre a regulamentação da **reforma tributária** nesta semana, disseram fontes na condição de anonimato. A expectativa, conforme essas fontes, é que o texto seja apresentado amanhã, ainda que o Ministério da Fazenda diga que eventuais mudanças serão decididas pelo Congresso - e que parlamentares do GT afirmem que o tema não está em questão neste momento.

Segundo fontes que acompanham o tema, será mantida a isenção do Imposto de Renda no dividendo à pessoa física, benefício que atrai hoje mais de 2,6 milhões de investidores em fundos imobiliários, que têm juntos patrimônio líquido de R\$ 246 bilhões.

No entanto, conforme a proposta em estudo, a receita desses fundos seria taxada com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), como uma pessoa jurídica. Hoje os fundos são tratados como um ente sem personalidade jurídica, ou seja, não são contribuintes.

Do lado do governo, a visão é que transformar os fundos em contribuintes os beneficiaria, já que eles poderiam usar o crédito tributário.

Na indústria de fundos, o foco é o eventual impacto para o cotista. "O que tudo indica é que existe uma intenção de taxar a renda desses fundos, o que pode reduzir a rentabilidade ao cotista entre 10% e 20%", disse uma fonte consultada pelo Valor.

Por outro lado, ao tratar os fundos como PJ, explicou uma fonte, eles poderiam utilizar o imposto pago como crédito no âmbito da reforma. Ou seja, esse crédito poderia ser reduzido do imposto.

Segundo uma fonte do governo que trabalha na elaboração do texto, nenhum fundo imobiliário de papel, ou seja, que investe em títulos como LCI e CRI, será tributado. "A tributação ocorrerá só para os

fundos que realizam operações com bens imóveis diretamente. Aqueles que fazem isso por meio de SPE [Sociedade de Propósito Específico] já estariam nesta regra de toda forma", explicou. O mesmo se aplica aos Fiagros que têm terras.

A discussão, disse a fonte, é sobre a possibilidade de esses fundos apropriarem os créditos em suas aquisições de imóveis para que possam, na hora de alocar, transferir esses créditos. Para que isso seja possível, os fundos precisam ser classificados como contribuintes. Segundo essa mesma fonte, os estudos mostram que, com o uso desse crédito, o setor, no geral, pagaria menos imposto. "Sempre tivemos um olhar cuidadoso, porque na nossa percepção técnica seria melhor que esses fundos fossem contribuintes." Procurado, o Ministério da Fazenda afirmou que "não irá se manifestar sobre eventuais mudanças no texto, que serão decididas pelo Congresso". Após reunião na pasta ontem, os deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Cláudio Cajado (PP-BA), integrantes do grupo de trabalho, afirmaram que a taxaço não está sendo discutida.

A tributação de fundos de investimento já vinha no radar do mercado, por conta do texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que entende fundos de investimento como fornecedores e, por isso, estes passariam a ser classificados como contribuintes. Hoje o pagamento de **impostos** recai sobre as gestoras, e não sobre os fundos. Com o mercado digerindo o texto e a proximidade da entrega do relatório da reforma, a mobilização de gestoras aumentou nos últimos dias, com reuniões e até mesmo "lives" com investidores para dar publicidade ao assunto.

A leitura é que FIIs de tijolo e Fiagros de terras seriam, de toda a indústria, os mais afetados, já que o foco da taxaço seria em receitas imobiliárias. Hoje o aluguel de um empreendimento de um FII não paga PIS e Cofins. A justificativa do governo, disse uma fonte, seria "harmonizar o imposto para quem tem aluguel via um fundo ou fora de um fundo".

Segundo um dos interlocutores, as principais gestoras do país têm mantido conversas com membros do governo para tratar do tema. "Todos estão interagindo", afirmou. Apesar da preocupação em torno do assunto, a expectativa é que essa tributação não prospere. "Se passar, explodiria a indústria",

afirmou.

O responsável pelos fundos imobiliários da Suno Research, Marcos Baroni, afirma que, se o texto for aprovado como está, "os fundos teriam dificuldade em se manterem operacionais". Ele aponta que os fundos, além da gestão, teriam que ter uma área tributária, algo que elevaria em demasia o nível de complexidade da atuação deles. "Nós temos uma expectativa, moderadamente otimista, de que haverá o bom senso de se excluir essa tributação e manter o fundo como não contribuinte", afirma.

Baroni afirma que o IBS e a CBS serão criados para substituir cinco **impostos** (PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS), mas que hoje nenhum deles é cobrado dos HIs. Ele questiona, ainda, como o governo calcularia o crédito de todo o estoque de imóveis que hoje estão na carteira de fundos.

Essa não é a primeira vez que trechos da **reforma tributária** mobilizam a Faria Lima. Isso porque o PLP 68/2024 incluiu todos os fundos de investimento na categoria "fornecedor", na figura de prestador de serviço, ou seja, passível de incidência de imposto em operações do dia a dia. Por isso, a Anbi-ma, que representa este mercado, passou a interagir com o governo para buscar uma mudança no texto. A entidade tem promovido encontros frequentes com os representantes do Ministério da Fazenda para tratar o tema.

Em nota, a Anbima reforçou a importância de os fundos serem reconhecidos como não contribuintes e disse que uma mudança pode gerar insegurança jurídica. "Há uma enorme complexidade em tratar o fundo, que não possui personalidade jurídica, como contribuinte. Isso pode gerar insegurança jurídica para o setor e para os coristas, e desvirtuar a natureza jurídica de condomínio dos fundos." "Os fundos imobiliários e os Fiagros têm contribuído na poupança de longo prazo em atividades centrais dos segmentos imobiliário e agro. Esses produtos se tornaram uma relevante alternativa, especialmente para o varejo, impulsionando a democratização dos investimentos e contribuindo com o financiamento destes setores da economia", diz a nota.

"Temos expectativa de que haverá bom senso de manter fundo como não contribuinte" Marcos Baroni

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187917>

Apostas em discussão na Câmara

Deputados do grupo de trabalho que analisa a regulamentação da **reforma tributária** (PLP 68/24) disseram, após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que é grande a possibilidade de inclusão das apostas esportivas na lista de produtos que serão sobretaxados pelo Imposto Seletivo. Pela Emenda Constitucional 132, esse imposto deve atingir produtos que prejudicam a saúde ou o meio ambiente.

A taxação poderia compensar demandas recebidas pelos deputados para inclusão de mais produtos na cesta básica que terá alíquota zero do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - que será cobrado por estados e municípios - e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será federal. Esse é o caso das proteínas animais que ficaram, em sua maioria, com desconto de 60% da alíquota de referência.

DEMANDAS ATENDIDAS

Na soma de IBS e CBS, a alíquota de referência estimada é de 26,5%. Para não aumentar esse percentual, os deputados disseram que vão compensar demandas atendidas com cortes em outras áreas. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) disse que o grupo está conseguindo atender cerca de 70% das demandas recebidas em audiências com a sociedade.

Já o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que há muita confiança que a votação da regulamentação da **reforma tributária** na Câmara será feita antes do recesso parlamentar. (Agência Câmara de Notícias)

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/07/apostas-em-discussao-na-camara.html>

Parecer sobre a reoneração deve sair nesta semana

Brasília - O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que o governo espera que o relator da matéria da desoneração da folha no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), apresente seu parecer sobre a proposta ainda nesta semana.

"A expectativa nossa é que o relator Jaques Wagner possa apresentar essa semana a proposta de relatório do tema da reoneração dos setores econômicos e dos municípios", disse Padilha em entrevista a jornalistas na saída do Ministério da Fazenda, depois de se reunir com o ministro Fernando Haddad.

"O senador Jaques está acompanhando o presidente Lula na visita à Bahia, deve votar a Brasília amanhã e queremos conseguir uma reunião amanhã à noite para poder fechar o relatório do senador Jaques Wagner com o presidente (do Senado, Rodrigo) Pacheco", afirmou.

Padilha também disse que o relatório da regulamentação da **reforma tributária** deve ser apresentado na quarta-feira.

"Tem a confirmação da apresentação do relatório pelo grupo de trabalho no dia 3 de julho, dentro das expectativas do que já foi apresentado pelo presidente da Câmara e a expectativa do governo. Estamos muito confiantes que a Câmara dos POLÍTICADeputados vai se dedicar nos próximos dias a concluir a votação da regulamentação da **reforma tributária** nesse semestre ainda", afirmou.

No Senado, a pauta prioritária, de acordo com o ministro, é a conclusão da votação do marco regulatório para a produção de hidrogênio verde. A Casa já aprovou o projeto de lei, que estabelece incentivos fiscais e financeiros para o setor que devem somar R\$ 18,3 bilhões em cinco anos, segundo informações da Agência Senado, mas ainda há emendas de senadores que precisam ser apreciadas (Reuters) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Reforma Tributária será votada até 17 de julho

Após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, parlamentares que integram o grupo de trabalho que analisa o projeto de regulamentação da **reforma tributária** disseram que a proposta será aprovada na próxima semana.

O relatório será discutido com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP) e com líderes dos partidos amanhã (3). O documento deve ser publicado na quinta-feira (4), quando haverá uma coletiva à imprensa.

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo confia na apresentação do relatório de regulamentação da **reforma tributária** e que a conclusão da votação do tema deve ser realizada, na Câmara, até 17 de julho, ou seja, antes do recesso parlamentar.

"Estamos muito confiantes de que Câmara vai se dedicar a concluir regulamentação neste semestre. Temos confiança: mais uma vez vamos desapontar os pessimistas, reforçando o espírito de não aumento da carga tributária", disse Padilha após a reunião.

O deputado Augusto Coutinho (Republicanos -PE) disse ter saído da reunião muito animado. "Está sendo construído um entendimento em torno do relatório. Será um texto harmônico e a gente vai conseguir avançar, aprovando na Câmara dos Deputados", disse o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

Segundo o deputado Claudio Cajado (PL-BA), foi levado ao ministro o prazo de apresentação do relatório e questões mais técnicas, como cesta básica e cash back. A demandas políticas ainda não foram analisadas. Isso poderá ocorrer até momentos antes da votação.

Alterações

De acordo com os parlamentares, está praticamente certo de que proteínas (carnes) serão incluídas na cesta básica com alíquota zerada. Para evitar pressionar a alíquota padrão, os deputados deverão incluir as apostas no imposto seletivo.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/emef/#p=1>

Reforma Tributária: regulamentação pode deixar medicamentos populares sem isenção.

Veja quais

Um levantamento de associações farmacêuticas aponta que mais da metade dos medicamentos mais consumidos no país ficaria de fora das alíquotas reduzidas previstas no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), criado pela **Reforma Tributária**.

Na lista estão itens populares, como antigripais, remédios para dor e antialérgicos. O setor é mais um dos que buscam junto aos parlamentares um tratamento especial.

O projeto de regulamentação da reforma, em análise na Câmara dos Deputados, apresentou uma divisão de tipos de medicamentos em duas listas diferentes: uma para isenção total de **impostos** e outra na qual terá uma redução de 60%. O restante estaria sob a incidência do imposto cheio.

O IVA será a união de cinco **impostos** sobre consumo existentes hoje: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS. O setor farmacêutico teme um aumento de preços com a incidência de alíquota cheia sobre alguns medicamentos. Pelo cálculo das empresas, se todos os remédios forem incluídos em um dos tipos de isenção, total ou parcial, os preços podem cair em média até 13%.

O grupo de farmacêuticas responsável pelo levantamento é formado por: Alanac, Febrifar, Grupo FarmaBrasil e PróGenéricos.

- Achamos que é preciso todos os medicamentos que hoje estão na alíquota cheia passem ao menos para a alíquota reduzida de 60%. Temos antigripais, remédio para dor, como a dipirona, que são muito consumidos, inclusive pela camada mais pobre da população - disse o presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri.

Na proposta do setor, continuariam com isenção total os medicamentos classificados em nível 3 da Organização Mundial da Saúde (OMS), como vacinas, insulinas, soros, oncológicos, remédios para doenças raras e doenças negligenciadas.

O Ministério da Fazenda, que elaborou o projeto de regulamentação da **Reforma Tributária**, argumenta

que hoje os medicamentos sem prescrição médica já não têm isenções fiscais e que o projeto de lei apenas mantém isso.

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPs) não são desonerados atualmente e, dado o impacto nas alíquotas de referência, não foram incluídos. O Ministério da Fazenda continua dialogando com o setor de medicamentos para avaliar sugestões de aperfeiçoamento técnico do texto. A decisão sobre a inclusão dessas alterações, assim como sobre eventual ampliação das listas, cabe ao Congresso Nacional, afirmou a pasta em nota.

O setor farmacêutico, porém, discorda. As empresas argumentam que a atual política de subsídio tributário considera a lista positiva do Ministério da Saúde. O cadastro beneficia laboratórios que se submetiam a uma análise mais aprofundada dos medicamentos, mesmo os vendidos sem prescrição médica. Essa lista, porém, não é atualizada desde 2014.

De acordo com o presidente da PróGenéricos, Tiago Vicente, em caso de inclusão de todos os medicamentos em alíquota reduzida, os genéricos também seriam beneficiados, pois a regra é que esses medicamentos tem preço-teto de 65% dos medicamentos de referência. Isso poderia gerar um impacto positivo do acesso de medicamentos à população brasileira.

Os deputados do grupo de trabalho na Câmara que analisa a regulamentação da **Reforma Tributária** avaliam incluir mais medicamentos na lista de isenções, mas ainda não sabem se seria possível a totalidade, como pede o setor. Eles afirmam que a possibilidade está sendo avaliada junto a técnicos do Ministério da Fazenda.

- Acho que é possível incluirmos mais medicamentos em isenções. Seria benéfico para abaixar os preços - disse o deputado federal Hildo Rocha (MDB-MA).

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/02/reforma-tributaria-regulamentacao-pode-deixar-medicamentos-populares-sem-isencao-veja-quais.ghtml>

Reforma Tributária: governo faz as contas para evitar que isenção para carnes e sal aumente imposto

Os deputados do grupo de trabalho que analisa a regulamentação do primeiro texto da **Reforma Tributária** fecharam questão sobre a inclusão das carnes na cesta básica com alíquota zero. Em reunião domingo na Câmara dos Deputados, o chamado G7 - que conta com sete parlamentares - concordaram que as proteínas bovinas, de frango e peixe devem ser isentas de imposto. A proposta foi levada ontem a uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad .

Os parlamentares ainda querem incluir o sal, que ficou de fora da isenção na versão do texto apresentada pelo governo. Para evitar a elevação da alíquota padrão, prevista inicialmente em 26,5%, eles vão incluir mais itens no Imposto Seletivo, que terá alíquotas maiores e vai incidir sobre itens que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, como cigarro. A ideia é incluir carros elétricos e apostas on-line.

- A propensão de colocar carne de gado, frango e peixe é muito grande, de 99%. Todo mundo quer isso - afirmou o deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

Na versão original do texto da reforma encaminhado ao Congresso, as carnes teriam redução de 60% da alíquota padrão.

Carro elétrico e jogos

Depois da reunião, Haddad evitou dizer se a equipe econômica concorda com a medida, que pode impactar a alíquota padrão a ser criada com a unificação de **impostos**. Ele explicou que o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Apy, ficou de informar ao grupo o impacto da medida.

- Isso foi discutido, e o Apy ficou de passar eles o impacto de cada excepcionalidade, do mesmo jeito que nós fizemos com a PEC da **Reforma Tributária**. A cada proposta, nós temos um modelo que funciona, funcionou bem na PEC e funcionará bem na regulamentação - disse o ministro. - Toda a proposta vai ser endereçada à equipe da Fazenda, que vai retornar para aquela comissão constituída pelo Arthur Lira (presidente da Câmara dos Deputados), que vai saber exatamente o impacto na alíquota padrão.

Segundo o deputado Claudio Cajado (PL-BA), foi levado ao ministro o prazo de apresentação do relatório e o alinhamento de questões mais técnicas do texto, como cesta básica e cashback. A preocupação neste momento é construir um texto que não gere judicialização, afirmou. As demandas políticas, ressaltou Cajado, ainda não foram analisadas, o que poderá ocorrer até momentos antes da votação pelo plenário.

O primeiro texto da regulamentação da **Reforma Tributária** detalha a implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Juntos eles formam o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai unificar cinco **tributos** que incidem hoje sobre o consumo.

O IBS vai reunir o ICMS, imposto estadual, e o ISS, municipal. Já a CBS vai unir PIS, Cofins e IPI, todos de âmbito federal. As alíquotas de IBS e CBS vão somar os 26,5% previstos na regulamentação da reforma, que será a alíquota de referência a incidir sobre bens e serviços.

Essa alíquota, porém, poderá ser maior ou menor, conforme as exceções e regimes especiais previstos na reforma.

Os parlamentares apostam que, com mais produtos no Imposto Seletivo (também chamado de Imposto do Pecado), será possível baixar a alíquota padrão para uma média de 25% a partir de 2033, quando o novo sistema estará em pleno funcionamento.

Antes, o Ministério da Fazenda apostava que a inclusão de proteínas na cesta básica com imposto zero poderia elevar a taxa de referência para até 27%.

- Estamos tentando conciliar colocando proteína, mas sem aumentar a alíquota. Nosso compromisso é trabalhar para incluir, sem aumentar - disse Moses Rodrigues (União-CE).

O parecer deve ser apresentado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), entre hoje à noite e

amanhã de manhã.

- Cabem algumas coisas (na cesta básica) por causa do Imposto Seletivo. Em 2033, já deve entrar uma alíquota de 25%, 24,5%, vai diminuindo e estamos apostando que até 2035, a alíquota estará em torno de 22% - afirmou o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Entre os itens que podem ser incluídos no Imposto Seletivo estão carros elétricos e jogos on-line ou mesmo físicos, caso estes sejam autorizados no país.

A decisão, porém, ainda não foi tomada, por faltar consenso entre os parlamentares. Os deputados afirmam que ainda não foram procurados por representantes dos setores.

No caso dos carros elétricos, o argumento usado por ambientalistas e deputados para justificar a inclusão no Imposto Seletivo é, principalmente, o fim pouco sustentável de baterias. Elas são feitas, em sua maioria, de lítio, minério que pode contaminar o solo e a água. A lógica é que a proteção ambiental deve ocorrer do "berço ao túmulo", ou seja, desde a extração do material até seu descarte.

O segundo texto da regulamentação da reforma, que também deve ser apresentado amanhã, trará os detalhes do funcionamento do Comitê Gestor, órgão que irá recolher e redistribuir o IBS a estados e municípios.

Votação semana que vem

O grupo de trabalho que discute o Comitê Gestor também se reuniu ontem para afinar os últimos pontos do texto. Hoje, os parlamentares vão mostrar as modificações aos governadores, em reunião em Brasília, e a versão final deve ser apresentada amanhã a Lira.

A previsão é que no mesmo dia seja publicado o texto e, na quinta-feira, haja uma entrevista coletiva à imprensa para esclarecer dúvidas. Os parlamentares do grupo de trabalho estimam que a proposta será aprovada na semana que vem.

- A gente está saindo daqui muito animado. Está sendo construído um entendimento em torno do relatório. Será um texto harmônico e a gente vai conseguir avançar, aprovando na Câmara dos Deputados - disse o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também participou da reunião:

- Estamos muito confiantes de que a Câmara dos

Deputados vai dedicar os próximos dias a concluir a votação da regulamentação da **Reforma Tributária** ainda neste semestre legislativo (que se encerra em 17 de julho).

Saiba mais sobre a proposta

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/07/02/reforma-tributaria-governo-faz-as-contas-para-evitar-que-isencao-para-carnes-e-sal-aumente-imposto.ghtml>

Entenda como o pacote de medidas pôs fim à hiperinflação no Brasil

CAROUNANALIN *carohna.nalin@infoglobo.com.br*

O Plano Real completou 30 anos ontem. Foi em 1- de julho de 1994 que entrou em circulação o real, pondo fim ao processo de hiperinflação que assolou o país desde a década de 1980. Depois de cinco planos frustrados, um grupo de economistas implementou uma série de medidas durante o governo de Itamar Franco, a partir de 1993, até que os preços se estabilizassem no país. Eleito vice-presidente em 1989 na chapa de Fernando Collor, Itamar assumiu a Presidência em outubro de 1992, quando Collor sofreu impeachment em meio a denúncias de corrupção no seu governo.

-Chegamos a ter **inflação** de 2,5% ao dia (em maio deste ano, a **inflação** do mês foi 0,46%). As pessoas recebiam o salário e saíam correndo para comprar alguma coisa. A **inflação** alta leva a uma desorganização na economia, e a sociedade aceita qualquer coisa pra acabar com ela -explica Simão Silber, professor da Faculdade de Economia da USP.

O economista André Lara Resende, um dos formuladores do Plano Real, explicou em seminário da PUC Rio recentemente que a **inflação** no Brasil estava relativamente controlada depois das reformas de estabilização no governo militar, mas saiu do eixo, a partir da segunda crise do petróleo, em 1979. A dívida externa brasileira e a **inflação** dispararam, levando o governo a buscar diferentes medidas para combater o surto inflacionário.

Tentativas anteriores Foram cinco tentativas de estabilização dos preços até o Plano Real. O primeiro deles foi o Cruzado (1986), seguido dos planos Bresser (1987), Verão (1989) -os três durante o governo de José Sarney -, Collor I (1990) e Collor II (1991) -no governo Collor.

- As pessoas estocavam muito (alimento). E, depois que o primeiro congelamento não deu certo, os lojistas subiam seus preços com receio de outro congelamento lá na frente. Era uma **inflação** viciada. Os preços têm a ver com o psicológico das pessoas - diz Eulina Nunes, economista e ex-coordenadora de índice de Preços do IBGE.

Congelamento e confisco O novo pacote econômico não recorreu a condutas tão drásticas quanto as

anteriores de congelamento de preços no Plano Cruzado e os seguintes até o Plano Collor I, que impôs o confisco dos saldos em conta bancária. O vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência após a saída de Collor e, com a adesão do PSDB ao governo, nomeou Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda. FHC trouxe para sua equipe um grupo de economistas que já discutiam, na PUC-Rio, universidade de onde muitos eram oriundos, o que seria o embrião do Plano Real. Entre eles estavam André Lara Resende, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pedro Malan e Pêrsio Arida. Fernando Henrique saiu do governo antes do lançamento da nova moeda, para se candidatar à Presidência e, graças à popularidade do Real, foi eleito no primeiro turno com 55,22% dos votos, contra 39,97% de Lula. O diplomata Rubens Ricuperro assumiu o ministério após a saída de FHC.

Em três etapas O Plano Real teve três fases: reformas fiscais e monetárias; criação da Unidade Real de Valor (URV) como índice para estabilizar preços; e introdução do real como nova moeda em circulação, com uma âncora cambial. Antes disso, o Brasil renegociou sua dívida externa - o país havia decretado moratória em 1987, ainda no governo Sarney -o que ajudou na aceitação do plano no exterior. A primeira etapa aconteceu em junho de 1993 com o Programa de Ação Imediata (PAI), conjunto de medidas que visava a redução e ganho de eficiência dos gastos da União. Houve um forte ajuste nas contas do governo, incluindo recuperação de **impostos** federais, saneamento dos bancos estaduais e renegociação das dívidas estaduais e municipais.

Lançamento da URV A URV foi lançada em 1º de março de 1994, unidade que era corrigida diariamente por três índices de preços, portanto, os preços em URV não subiam. Antes da URV, a **inflação** anterior era carregada para a **inflação** futura por meio da indexação de preços, contratos e salários. Ela surgiu como uma forma de a sociedade se proteger da **inflação**, mas criava um círculo vicioso de aumento de preços -a chamada "inércia inflacionária".

O pagamento continuava sendo feito em cruzeiro real, a moeda anterior ao real, mas os preços eram cotados em URV. Em cruzeiros reais, as mercadorias continuavam a subir devido à **inflação**, mas em URV, não. Se no lançamento da URV um produto custava CR\$ 647,50, ou uma URV, no dia seguinte poderia

custar CR\$ 654,98 devido à **inflação**. Mas seguiria custando uma URV. Para saber o preço dos produtos, era preciso converter diariamente cruzeiros reais em URVs. Quando a URV foi convertida no real, e a nova moeda deixou de carregar a **inflação** passada.

- Essa foi a grande sacada porque o governo não impôs nada. Ele só comunicou: "se você quiser reajustar preços, contratar ou comprar mercadoria com base na variação da URV, você pode - diz Silber.

Sem dolarização A solução inovadora foi diferente da adotada em países vizinhos, como a Argentina, que usaram o dólar como reserva financeira da população. "O Brasil foi original: diante do mesmo problema, a solução foi preservar o valor dos ativos financeiros por meio da correção monetária", disse Pêrsio Arida, em livro de entrevistas do Banco Central. Na Argentina, quando houve um plano de estabilização da economia - o Plano Cavallo, no início dos anos 1990 - a opção foi adotar uma âncora cambial direta, permitindo a conversão do peso ao dólar. No Brasil, a URV era ancorada no câmbio, mas não houve dolarização.

Ancora cambial Para dar sustentabilidade ao real, o governo brasileiro atrelou a URV ao dólar americano em 1994. Assim, quando foi lançada, uma URV valia US\$ 1.0 objetivo era estabilizar a moeda e controlar os preços, fazendo com que as pessoas confiassem que o real teria um valor estável. O Banco Central adotou a banda cambial. O real podia oscilar em relação ao dólar dentro de um intervalo permitido pelo governo.

Metas de **inflação** Após os choques externos da crise mexicana (1994), asiática (1997) e russa (1998), o Brasil vinha perdendo reservas internacionais, para sustentar o câmbio controlado. Em janeiro de 1999, logo após a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo abandonou a âncora cambial e instituiu o regime de câmbio flutuante, tal como é hoje. A taxa de câmbio é determinada pelo mercado, e as intervenções do Banco Central são pontuais para evitar flutuações excessivas. Adotou-se o regime de metas de **inflação**, com o Banco Central calibrando a taxa de juros conforme o comportamento da **inflação**.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Plano de Pacheco para dívida de Estados prevê novo fundo

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A proposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), para a renegociação da dívida dos Estados prevê a criação de um fundo para financiar investimentos que pode beneficiar governadores que não participam da atual tratativa. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul são os Estados com as maiores dívidas do País e, por isso, negociam diretamente com Pacheco e com o Ministério da Fazenda a revisão de seus débitos com a União.

A proposta elaborada pelo presidente do Senado prevê que uma parte dos recursos pagos pelos Estados mais endividados deverá capitalizar um novo fundo, que será usado para bancar investimentos da União nos Estados, inclusive os que não são alvo da atual renegociação.

O objetivo é desfazer a insatisfação de governadores sem dívida e que reclamavam de favorecimento aos mais endividados.

Em março, quando as negociações começaram, a dívida dos Estados com a União somava R\$ 740 bilhões, e os quatro Estados respondiam por 90% desse passivo.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), aderiu à negociação, uma vez que o Estado ingressou no regime de recuperação fiscal e deseja reduzir o valor dos pagamentos mensais da dívida com a União.

Representantes dos cinco Estados deverão se reunir hoje com Pacheco para acertar os detalhes do projeto de lei complementar, que deverá ter a relatoria do senador Davi Alcolumbre (União-AP), favorito a presidir o Senado no ano que vem.

JURO REAL. Pacheco deverá propor que a taxa de juros que incide sobre a dívida com a União possa cair a zero - hoje é 4% mais a correção monetária pela **inflação** (IPCA). Para zerar a parcela dos juros, deixando somente a correção inflacionária, os governadores deverão usar ativos para abater parte do principal da dívida. Isso poderá reduzir a parcela de juros em até 1,5 ponto percentual.

Outro redutor será o compromisso de usar o

equivalente em investimentos em educação, o que poderá reduzir mais 1,5 ponto percentual nos juros.

A Fazenda propôs que os recursos fossem usados exclusivamente em aportes no ensino técnico, mas os governadores querem ampliar para todo o ramo educacional, além da possibilidade de aplicar em infraestrutura e segurança pública.

Pacheco vê mais dificuldade na previsão de repasses para a segurança pública, proposta originalmente por Caiado, mas a infraestrutura tende a atender aos governadores no coletivo. Minas Gerais, seu Estado natal, por exemplo, tem interesse em usar os recursos na recuperação de estradas.

O um ponto percentual restante de redução dos juros viria do compromisso em usar esse recurso para capitalizar o fundo de investimentos nos Estados.

A forma de divisão dos recursos será objeto de discussão com os governadores, mas a ideia é fazer uma reserva para ser usada nos próprios Estados, sem bancar outras despesas da União. A única trava será que os recursos não poderão ser usados em gastos com folha de pagamentos, apenas em investimentos.

O texto também deverá prever um período de transição para que os Estados paguem suas dívidas com a União, tendo em vista que Minas Gerais não vem honrando seus compromissos.

No fim do ano passado, o Estado ganhou prazo de três meses, por meio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal STF), para voltar a pagar as parcelas.

O prazo se encerrou e foi esticado por mais 60 dias.

Agora, tanto membros do Judiciário quanto do Legislativo buscam uma forma de equacionar a situação em Minas para evitar que a questão volte a ser judicializada.

Ontem, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo segue em negociação com os Estados para finalizar a proposta. Segundo ele, o governo segue mantendo a ideia de que o investimento principal deve ser em educação, como a proposta original da Fazenda que prioriza o

ensino técnico, mas que também acolheu as sugestões dos governos regionais pela distribuição de percentuais para investimento em infraestrutura. "A expectativa é de que o próprio Senado apresentar o projeto e aprovar o mais rápido possível."

Juro por investimento

4% é a taxa de juros que corrige as dívidas dos governos estaduais com a União, custo que é acrescido da correção monetária

1 ponto porcentual da parcela de juros seria destinado para capitalizar um fundo de investimentos para financiar projetos de infraestrutura nos Estados

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

É preciso não botar a perder as conquistas do Real (Editorial)

A **inflação** brasileira nunca mais foi a mesma depois de 1º de julho de 1994, como lançamento do Plano Real. Com a introdução de uma moeda de transição, a Unidade Real de Valor, que durou seis meses até ser convertida em real, a hiperinflação foi debelada. De 4.005% acumulados em 12 meses até junho de 1994, o IPCA desabou para 22,41% no fim de 1995. A **inflação** mensal, que chegara a 47,4% na véspera do plano, nos 30 anos seguintes jamais ultrapassou 3,02% (novembro de 2002). Depois de seis planos de estabilização fracassados após a redemocratização do país, em 1985, a equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, e depois presidente Fernando Henrique Cardoso, conseguiu vencer a batalha dos preços sem segredos ou surpresas das tentativas anteriores, sem congelamentos ou confisco.

O plano surgiu de uma crise que caminhava para o caos via hiperinflação. Os preços subiam sem controle e ameaçavam arruinar a coesão social da recém-reconquistada democracia. O primeiro presidente eleito diretamente após duas décadas de regime militar, Fernando Collor, fez a mais radical tentativa de domesticar a **inflação**, com a "bala de prata" de um confisco generalizado das contas bancárias e poupança de empresas e pessoas físicas. Os planos de Collor deram errado e ele, atolado em denúncias de corrupção, renunciou em 29 de dezembro de 1992, pouco antes de o Senado aprovar seu impeachment. Era um péssimo augúrio que o país tivesse de esperar 26 anos para eleger um mandatário acusado de corrupção que sequer terminaria seu governo. Foi substituído pelo vice, Itamar Franco.

A história das crises política e econômica mudou com a nomeação do quarto ministro da Fazenda de Itamar em pouco mais de 6 meses, Fernando Henrique, em maio de 1993. Ele trouxera para sua equipe um grupo de economistas talentosos, boa parte deles egressa da PUC-RJ e que havia aprendido com o fracasso do Plano Cruzado, do qual vários deles participaram. Dois, Pêrsio Arida e André Lara Resende, haviam escrito um trabalho que daria origem à URV, lançada em janeiro de 1994 pela MP424 e extinta em 1 - de julho de 1994 pela lei 8.880. Era atrelada ao dólar, e os preços galopantes em cruzeiros reais eram expressos em URVs. Em seis meses de existência da URV, a **inflação** foi de 757,2%-nos 30 anos seguintes, somados, o IPCA foi menor do que um semestre de 1994,708%. Em 1 - de julho, a URV passou a valer R\$

1, com a conversão de todos os preços e obrigações na nova moeda.

A tentativa não teria durado muito - opinião então corrente entre economistas de fora do governo-se a equipe de Fernando Henrique não se cercasse de todos os cuidados e minuciosa análise dos fiascos anteriores. Hábil negociador,

FHC obteve o apoio imprescindível e inestimável do presidente Itamar, não sem escaramuças, e do Congresso. O plano tinha uma sequência de passos para apoiá-lo que foram executados.

A valorização cambial foi essencial em seu início. Consertar o orçamento com desvinculação de receitas (menos de 40% na época, mais de 90% hoje), com o Fundo Social de Emergência, deu margem de manobra ao governo para tocar suas prioridades. Outros passos exigiram quase tanta ousadia política quanto o lançamento da nova moeda.

Uma das fontes de expansão monetária descontrolada eram os bancos estaduais, que tinham o poder de criar dinheiro lançando títulos da dívida. Foram quase todos colocados sob intervenção e depois privatizados ou extintos, em um lance que desafiou os governadores. Sem fonte de financiamento a seus gastos, foi a vez de atacar a dívida dos Estados, o que foi feito em 1998, com renegociação dos débitos e com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma cartilha com tudo que poderia e não poderia ser feito com os orçamentos públicos. As políticas monetária e fiscal foram executadas em grande harmonia.

Ao prolongar em demasia a valorização do real, o Brasil ficou sem reservas e enfrentou crise cambial em 1999, via qual saiu com um pacote de ajuda do FMI e mais modernizações da gestão econômica. Em 2000 foi criado o sistema de metas de **inflação**, o câmbio passou a flutuar livremente e as contas públicas foram submetidas a novos controles. Esse "tripé" funcionou até perto do fim do segundo mandato do presidente Lula, a partir do qual a perna fiscal desse arranjo passou a caminhar em outra direção.

Com o fim do imposto inflacionário, o ganho de renda dos pobres cresceu 11% nos 12 meses seguintes à criação do real (Marcelo Neri, O Globo, ontem). A **inflação** baixa preservou os pagamentos dos

programas sociais. Apesar de seguir a política de FHC, os petistas combateram o Real e se opuseram a todos os ajustes subsequentes.

O crescimento não era o objetivo do plano, que se preocupou em lançar as bases para que ele pudesse ocorrer sem as distorções da praga inflacionária. Ele se apoiou em meios de obter recursos para projetos prioritários, com as desvinculações de receitas, na melhoria da produtividade e do ambiente de negócios via privatizações e reformas. O presidente Lula, em seu terceiro mandato, rejeita essas premissas que foram bem-sucedidas e deveriam continuar, como ele próprio pode constatar em seu primeiro mandato. Ao incentivar a gastança, o estatismo e a leniência monetária, pode pôr a perder boa parte das conquistas de três décadas de estabilização, cuja obra deveria ser completada com mais reformas.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187917?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187917?page=1§ion=1)**

Brasil tem R\$ 347 bilhões em cédulas e moedas em circulação

Segundo o Banco Central (BC), a circulação de papel-moeda persiste em 30 anos de criação do real, que fez aniversário ontem. Conforme as estatísticas mais atualizadas da autoridade monetária, existiam R\$ 347,331 bilhões de cédulas e de moedas em circulação na economia, o equivalente a 3,13% do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e serviços produzidos no país).

A proporção está diminuindo após a pandemia de covid-19. Em informações exclusivas repassadas à Agência Brasil, o Departamento de Meio Circulante do BC informa que o percentual de papel-moeda em circulação subiu de cerca de 2% em meados dos anos 1990 para um valor ligeiramente abaixo de 4% em 2007. A proporção manteve-se ao redor desse nível até 2019, disparando para 5% do **PIB** em 2020, com a criação do auxílio emergencial durante a pandemia.

Segundo o BC, após a pandemia de covid-19, o valor de cédulas e de moedas em circulação tem se mantido estável em torno de R\$ 345 bilhões, com a proporção em relação ao **PIB** caindo, ainda mais com o avanço de outras formas de pagamento, como cartões e o PIX. (Com ABr)

Site: https://eflip.com.br/temp_site/issue-1f07bbddc628eada053a189cb95d88de.pdf

Mercado eleva previsão da inflação 2024

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a **inflação** oficial do país - teve elevação, passando de 3,98% para 4% este ano. Foi a oitava semana seguida com alta na estimativa.

A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da **inflação** também subiu de 3,85% para 3,87%.

Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância, de 1,5 ponto.

Site: https://eflip.com.br/temp_site/issue-1f07bbddc628eada053a189cb95d88de.pdf

Dólar não dá trégua e avança 1,15%, a R\$ 5,65

LETYCIA CARDOSO, LUANA REIS, BERNARDO LIMA, KAROLINI BANDEIRA E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA (Colaborou Paulo Renato Nepomuceno)

Depois de passar boa parte do dia estável, o dólar deu uma guinada na última hora das negociações e fechou com alta de 1,15%, a R\$ 5,65 -a maior cotação desde 11 de janeiro de 2022. Pesaram, segundo analistas, o cenário externo, com as eleições nos Estados Unidos no radar, e a preocupação com o quadro fiscal brasileiro, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva renovar as críticas ao Banco Central (BC).

Depois do primeiro debate entre os candidatos americanos, na semana passada, o mercado passou a considerar mais provável a volta de Donald Trump à Casa Branca. A preocupação é que o republicano retome as políticas protecionistas e de gastos (com consequente aumento do déficit) de seu primeiro mandato.

-O receio é que, numa vitória de Trump, ele queira fechar o mercado americano, adotando novas tarifas no comércio com a China. Por isso, os Treasuries subiram hoje (ontem), e o dólar também, em relação às moedas emergentes. E o Brasil, que tem fundamentos fracos, acaba sendo sacrificado - disse Bruno Komura, da Potenza Capital.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, atribuiu a alta do dólar a ruídos de comunicação, afirmando que a economia tem apresentado bons resultados: -Atribuo a muitos ruídos. Precisa comunicar melhor os resultados econômicos que o país está atingindo. Por exemplo, tive hoje mais uma confirmação sobre a atividade econômica, e a arrecadação de junho fechou (em alta).

O rendimento dos títulos do Tesouro americano (Treasuries) com vencimento em dez anos subiram oito pontos-base, para 4,48%, o que reflete a busca por investimentos seguros diante do aumento das incertezas. Mes-mo assim, o índice DXY, que mede a força do dólar frente a uma cesta de moedas, ficou estável, em 105,81 pontos. Segundo Komura, isso se explica pelo fortalecimento, ontem, tanto do iene japonês como do euro, o que ajudou a "maquiar o índice". As moedas emergentes, porém, perderam frente ao dólar.

No mercado de câmbio brasileiro, o euro comercial teve alta de 1,43%, a R\$ 6,07.

William Castro Alves, estrategista-chefe da Avenue, reconhece a influência externa, mas avalia que boa parte da alta do dólar vem das falas de Lula, que voltou a criticar ontem a gestão de Roberto Campos Neto à frente do BC: -Eu estou há dois anos governando com o presidente do Banco Central indicado pelo Bolsonaro. Ou seja, não é correto isso. O correto é que o presidente entre e indique o presidente do BC. Se não der certo, ele tira. Como o Fernando Henrique tirou três - afirmou Lula em entrevista à rádio Princesa, da Bahia.

A lei que deu autonomia ao BC estabeleceu um mandato de quatro anos para o presidente da autoridade monetária, não coincidente com o do presidente da República.

CÂMBIO TURISMO A R\$5,98

Lula ainda repetiu críticas à manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 10,5% ao ano:

- Não precisamos ter política de juro alto nesse momento. A Taxa Selic de 10,5% está exagerada. A **inflação** está controlada.

Os juros futuros fecharam em forte alta nas pontas curta e média. Os contratos com vencimento em janeiro de 2025 subiram de 10,77% para 10,83%; os de janeiro de 2026 avançaram de 11,59% para 11,77%, e os de janeiro de 2027 fecharam em 12,06%, ante 11,97% no pregão anterior. Os juros futuros com vencimento em janeiro de 2029 subiram de 12,35% para 12,38%.

Gustavo Okuyama, gerente de portfólio da Porto Asset Management, explica que antes, os operadores apostavam em juros curtos mais baixos e juros futuros mais longos, com o risco fiscal e a mudança de comando no BC no ano que vem. Agora, com um dólar e uma **inflação** mais altos do que o esperado, a pressão é sobre os juros no curto prazo.

-Se o real não voltar, teremos uma **inflação** maior nos próximos meses, o que é uma grande preocupação do mercado. Antes, essa desvalorização parecia mais um

prêmio de risco que não iria muito longe, mas agora está virando uma possibilidade concreta -afirmou Okuyama.

No câmbio turismo, o dólar chegou a ser vendido a R\$ 5,98 em papel-moeda e até a R\$ 6,26 no cartão pré-pago em São Paulo. Já o euro em espécie atingiu R\$ 6,43. Os valores já incluem o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

- Se a perspectiva fiscal não melhorar, o real tende a continuar se desvalorizando - disse Okuyama, para quem uma intervenção do BC no câmbio não seguraria a moeda, mas daria "funcionalidade ao mercado".

Analistas de mercado reajustaram sua projeção para o câmbio ao fim do ano, de R\$ 5,15 para R\$ 5,20, enquanto a estimativa para a **inflação** passou de 3,98% para 4%, segundo a pesquisa semanal Focus, do BC.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Dólar dispara e vai ao maior valor desde janeiro de 2022

Após trocas de sinal pela manhã e no início da tarde, o dólar à vista disparou nas duas últimas horas de negociação e encerrou o pregão de ontem em alta de 1,16%, cotado a R\$ 5,6533 no maior valor de fechamento desde 10 de janeiro de 2022 (R\$ 5,6743). Na máxima, a divisa atingiu R\$ 5,6578. Foi o quinto pregão consecutivo de valorização do dólar, que já acumula ganhos de 16,48% no ano.

A nova rodada de alta da moeda americana por aqui ocorreu em ambiente desfavorável a divisas emergentes. Títulos americanos renovaram máximas ao longo da tarde, atingindo o maior nível em um mês - movimento atribuído pelos analistas ao aumento das chances do republicano Donald Trump na corrida presidencial após o desempenho ruim do presidente Joe Biden em debate no fim da semana passada. Além disso, hoje a Suprema Corte dos EUA determinou que Trump tem direito a imunidade parcial em processos que responde na Justiça.

A moeda brasileira não apenas terminou o dia com perdas bem maiores que a de seus pares latino-americanos, como os peso chileno e mexicano, como apresentou o pior desempenho entre as principais divisa globais. Apenas o rand sul-africano e o rublo russo também tiveram queda maior que 1% em relação ao dólar.

O real segue castigado pelo que os analistas já classificam como uma crise de confiança no governo Lula, associada ao ceticismo com o cumprimento do novo arcabouço fiscal e a temores de ingerência nas decisões de política monetária a partir de 2025, quando o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, será substituído por nome indicado pelo petista.

Operadores notaram um movimento comprador mais intenso no mercado futuro na reta final dos negócios, com possível disparada de ordens para limitação de perdas (stop loss) por investidores que ainda carregam posições vendidas em dólar (que apostam na queda da moeda americana).

Principal termômetro do apetite por negócios, o contrato de dólar futuro movimentou mais de US\$ 18 bilhões, um volume bem expressivo e pouco usual para um pregão de segunda-feira - o que sugere mudança relevante no posicionamento dos agentes.

Mercado eleva previsão da **inflação** de 3,98% para 4%

Pela oitava semana seguida, a previsão do mercado financeiro para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IP-CA) - que mede a **inflação** oficial do país - teve elevação, passando de 3,98% para 4% neste ano.

A estimativa está no Boletim Focus dessa segunda (1-), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a projeção da **inflação** também subiu de 3,85% para 3,87%.

A estimativa para 2024 está acima da meta, mas ainda dentro de tolerância. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Em maio, a **inflação** do país foi 0,46%, após ter registrado 0,38% em abril. Em 12 meses, o IP-CA acumula alta de 3,93%.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>